

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – CATÓLICA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE CLINICA FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL - LACLIFE

DANIELLE DE FÁTIMA DA CUNHA CAVALCANTI DE SIQUEIRA

**Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo: uma prática psicológica na
perspectiva Fenomenológica Existencial**

Recife
2011

DANIELLE DE FÁTIMA DA CUNHA CAVALCANTI DE SIQUEIRA

**Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo: uma prática psicológica na
perspectiva Fenomenológica Existencial**

Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Profa Dra Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto.

Recife
2011

- S618p Siqueira, Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de
Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo: uma prática psicológica na perspectiva fenomenológica existencial / Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de Siqueira; orientadora Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto, 2011.
98 f.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2011.
1. Psicologia Clínica. 2. Psicodiagnóstico. 3. Fenomenologia existencial.
- I. Título.

Nome: Danielle de Fátima da Cunha Cavalcanti de Siqueira
Título: Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo: uma prática psicológica na perspectiva Fenomenológica Existencial

Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco - CATÓLICA

Prof. Dra. Ana Lúcia Francisco

Instituição: Universidade Católica de Pernambuco - CATÓLICA

Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

DEDICATÓRIA

A todos os parceiros de interlocuções, que tive durante a realização desta pesquisa, pelas interrogações lançadas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, este ser-misterioso no qual em muitos momentos de desamparo, encontrei um sentido e força para dar continuidade a esta jornada;

A minha família, principalmente aos meus pais Gileno e Margarida Siqueira e ao meu namorado Flaviano Leite, pela presença constante, mesmo no momento de maior recolhimento e distância;

A minha orientadora, Professora Doutora Carmem Barreto – um presente da vida – pelo seu cuidado e disponibilidade em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis;

Aos poucos verdadeiros amigos com quem compartilhei muitos momentos de alegria, aprendizagem, tristeza e conflitos, por vocês simplesmente fazerem (ou terem feito) parte da minha história;

Aos mestres, como a professora Cristina Amazonas, simplesmente por ter tido o privilégio de fazer parte de suas vidas, pelo carinho e aprendizado que o encontro me possibilitou;

Às professoras Doutoras Ana Lúcia Francisco e Henriette Morato pela disponibilidade e respeito com que se aventuraram na leitura desde trabalho, contribuindo para e com o seu acontecer;

Aos companheiros do estágio de Psicologia Clínica de 2010, na perspectiva fenomenológica existencial, supervisionados pela professora Carmem – que pude acompanhar com voluntária no Serviço de Psicologia da Católica – pelo carinho, disponibilidade e cuidado com que me acolheram na turma. Vocês foram companheiros fiéis de uma jornada inesperada, imprevista e cheia de descobertas e aprendizagens;

Aos clientes – famílias (pais, avós, irmãos, responsáveis) e as crianças – que pude acompanhar no Serviço de Psicologia da Católica, principalmente, nos grupos de Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo – pelos nossos encontros significativos que me possibilitaram diversas interrogações e questionamentos;

Aos colaboradores da pesquisa pela disponibilidade de seus tempos, possibilitando, assim, uma conversação “construtiva” que revela uma diversidade de modos de poder ser e pensar a ação clínica, principalmente no que se refere a esta modalidade de prática psicológica.

Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia
nenhuma.
Com filosofia não há arvores: há idéias
apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o
mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a
janela se abrisse,
Que nunca é o que se vê quando se abre
a janela.

(Caeiro, *In Pessoa*, 2008, p. 157)

RESUMO

Siqueira, D. F. C.C. (2011). *Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo: uma prática psicológica na perspectiva Fenomenológica Existencial*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

Este estudo partiu de inquietações experienciadas pela autora em sua atividade clínica na prática com o Psicodiagnóstico Interventivo, na perspectiva fenomenológica existencial. Sua base fenomenal residiu no relato das experiências clínicas de quatro psicólogos que atuam com o Psicodiagnóstico Interventivo. As narrativas colhidas contemplam o relato oral, desvelando a estória compartilhada afinada com a pluralidade de conceitos da situação e da temporalidade outra, o que permite elaborar e comunicar o sentido do vivido. O caminho percorrido demarca a contribuição da matriz fenomenológica existencial como possibilidade de contribuir para fundamentar a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo mediante os fundamentos ontológicos presentes na Analítica Existencial, de Heidegger e na Hermenêutica Filosófica, de Gadamer. As narrativas foram analisadas segundo a Analítica do Sentido, proposta metodológica de compreensão do real desenvolvida por Dulce Critelli. Tal procedimento possibilitou refletir a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo implicada na conversação entre psicólogo e cliente ou entre os clientes que participam do grupo de Psicodiagnóstico. Na linguagem gadameriana, toda conversação não se mostra como mera troca de opiniões; para que aja verdadeiramente diálogo é necessário que os parceiros se encontrem abertos à possibilidade de modificação proveniente do diálogo. Para tanto, é necessário uma disposição afetiva de abertura e acolhimento do outro na sua alteridade, o que pressupõe a presença inicial de determinações prévias – horizonte prévio de cada participante. Nessa direção, a dimensão colaborativa é compreendida como “fusão entre os horizontes”, na qual cada componente se determina a partir do modo como se integra ao outro, permitindo uma compreensão outra, comum sobre o fenômeno interrogado. Tal jogo possui uma ação central na hermenêutica gadameriana e, na prática clínica do Psicodiagnóstico, possibilita encontrar outras possibilidades compreensivas que conduzam a outros modos de agir e de lidar com o sofrimento. Tais resultados contribuem para repensar a ação do psicólogo, ampliando as possibilidades de acolher famílias e crianças no contexto das instituições de saúde.

Palavras-chave: psicodiagnóstico interventivo; dimensão colaborativa; ação clínica; fenomenologia existencial; fusão de horizontes.

ABSTRACT

Siqueira, D. F. C.C. (2011). *Interventive/Collaborative Psychodiagnosis: a psychological practice in an existential phenomenological perspective*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

This study started due to concerns and questions regarding the need to explore the collaborative dimension in Interventive Psychodiagnosis within the author's clinical activities. The phenomenal basis was given by the report of four psychologists' clinical experiences on Interventive Psychodiagnosis. Oral narratives unveil a shared story, in agreement with the plurality of concepts in the situation and with another temporality, what allows the elaboration and communication of experienced meaning. Traversed paths show the contribution of the existential phenomenological matrix as a possibility for grounding the collaborative dimension in Interventive Psychodiagnosis face to ontological elements of Heidegger's Existential Analytics and Gadamer's Philosophical Hermeneutic. Narratives were analyzed according to the Analysis of Meaning, which is a methodological proposal developed by Dulce Critelli to understand reality. This procedure made it possible to reflect upon the collaborative dimension of Interventive Psychodiagnosis implicated in the dialogue between psychologist and client or among clients in a Psychodiagnostic group. Using Gadamer's language, it is said that every dialogue goes beyond a simple exchange of opinions and true dialogue demands that partners are open to the possibility of modification that comes from the dialogue. Furthermore, an affective disposition for openness and acceptance towards otherness is needed, what presupposes the initial presence of previous determinations – each participant's prior horizon. In this way, collaborative dimension is understood as a "fusion of horizons", in which each component is determined by the way it integrates with one another, allowing another common understanding regarding questioned phenomenon. Such game has a central action in Gadamerian hermeneutic and in clinical practice, enabling to discover other understanding possibilities that lead to other ways of acting and dealing with suffering. Results contribute to rethink psychologists' actions, broadening the possibilities for receiving families and children in the context of health institutions.

Keywords: interventive psychodiagnosis; collaborative dimension; clinical action; existential phenomenology; fusion of horizons.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1 A PRÁTICA PSICOLÓGICA: rupturas necessárias	15
1.1 Psicodiagnóstico: origem e rupturas	18
1.1.1 Psicodiagnóstico interventivo: uma modalidade de prática psicológica	23
2 FENOMENOLOGIA E PSICOLOGIA: encontros possíveis	29
2.1 O pensamento filosófico de Husserl e a Psicologia	29
2.1.1 A Psicologia Fenomenológica (<i>Eidética</i>)	34
2.2 O pensamento filosófico de Heidegger	37
2.2.1 Uma clínica psicológica na perspectiva Fenomenológica Existencial	48
3 CAMINHOS APONTADOS PELA PESQUISA: metodologia e interlocuções	54
3.1 Percorrendo o caminho: estratégia metodológica	54
3.2 Possibilidade compreensiva: interrogando o fenômeno	61
3.2.1 A dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo	84
4. PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO / COLABORATIVO: algumas considerações	88
REFERÊNCIAS	93

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema estudado remete à própria história da pesquisadora como ex-estagiária e psicóloga voluntária do Serviço de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. Inicialmente, para justificar a escolha por tal temática, a pesquisadora assumirá uma linguagem mais pessoal, pois esta se revela como a própria tematização da experiência vivida, como facilitadora e supervisora de campo, em grupos de Psicodiagnóstico Interventivos de pais com crianças.

Desde meus primeiros passos na clínica psicológica, ainda como estagiária, minha prática clínica esteve pautada nos pressupostos fenomenológicos existenciais, compreendendo o ser homem e o mundo tal como desvelado pela Ontologia Fundamental de Heidegger, pois mesmo sem ter uma ampla compreensão desta perspectiva, algo nela parecia ter sentido. Mas para que esta aproximação acontecesse, sem cair no risco de compreender estes pressupostos de forma distorcida e tecnicista, era imprescindível que um salto acontecesse, desvelando outro modo de pensar e ser-no-mundo e afastar-me da aparente segurança dada pela concepção psicológica tradicionalista, embasada no paradigma natural-cientificista, apreendido durante toda a graduação. Este salto não foi vivenciado de modo tranquilo, pois era necessário assumir a atitude fenomenológica e colocar em xeque muitos dos conhecimentos adquiridos durante toda a vida. Assim, ao escolher a clínica psicológica fenomenológica existencial, adotei a atitude de um caminhar incerto, que possibilitava outro modo de olhar para o “adoecimento” do ser homem e para a ação clínica, um “cuidado” ao cliente que privilegia sua experiência.

Nessa direção, deparei com a possibilidade de realizar a modalidade de prática psicológica do Psicodiagnóstico Interventivo, que, ao partir da perspectiva fenomenológica existencial, possibilitou ampliar ainda mais minha compreensão acerca da ação clínica e do “ser - doente”. Tal clínica psicológica apresenta-se como um “cuidado” que convoca ao cliente assumir-se, ou seja, a responsabilizar-se por seu “cuidar” de ser.

Meu primeiro contato com tal prática psicológica deu-se em 2008, período em que estagiei no Serviço de Psicologia da Católica sob supervisão da professora doutora Carmem Barreto, hoje, orientadora da presente pesquisa. Na época, aceitei

o desafio, juntamente com mais três colegas, lançado pela supervisora de atender a demanda infantil que chegava à clínica-escola em grupos de Psicodiagnóstico de pais com crianças.

Para tanto, primeiramente, era necessário ter certa compreensão acerca desta modalidade de prática psicológica. Assim, em conjunto com a professora e com as outras estagiárias, realizei o levantamento dos textos que abordavam o Psicodiagnóstico na perspectiva fenomenológica existencial e deu-se início a um grupo de estudo. Este teve como foco, principalmente, o livro proposto por M. Ancona-Lopez e colaboradores de 1995, no qual os autores propõem uma compreensão do Psicodiagnóstico como uma prática interventiva, denominando-o de Psicodiagnóstico Interventivo, e um texto de Yehia (2004), que já aponta para a dimensão colaborativa desta prática psicológica, nomeando-a de Psicodiagnóstico Colaborativo. Após tais leituras e depois de algumas reflexões, aventurei-me na prática.

Juntamente com as outras três colegas, comecei o acolhimento individual aos pais (e/ou responsáveis) que procuravam ajuda psicológica para seus filhos, buscando “pré-selecionar” as famílias e as crianças que formariam o grupo do Psicodiagnóstico. Tal preocupação era motivada por um sentimento de resguardar as crianças e seus familiares e visava acolher a queixa emergente, possibilitando, deste modo, um atendimento significativo para a clientela. Este momento constituía-se em um acolhimento imediato aos pais e/ou responsáveis, uma escuta atenta que visava compreender com eles o que os traziam a clínica-escola. Quando tais queixas eram clareadas e compreendia-se que era necessário dar continuidade a tal escuta e disponibilizar um espaço também para a criança, vislumbrava a possibilidade de este processo continuar em um grupo de Psicodiagnóstico Interventivo. Esta possibilidade era enunciada e conversada com os pais e/ou responsáveis, deixando-os a vontade para escolher se gostariam ou não de participar dos grupos de Psicodiagnóstico.

Após este primeiro contato com os pais e, quando necessário, com a criança, iniciava-se o processo grupal do Psicodiagnóstico, este, inicialmente, era composto por 10 (dez) encontros (sempre em grupo), sendo três com os pais/responsáveis, três com as crianças, dois com toda a família (pais e crianças), um de desfecho com a criança e outro com os pais/responsáveis. Todavia, importa ressaltar que, como me fundamentava na perspectiva fenomenológica existencial,

compreendia que tal “enquadramento” não era algo rígido e inflexível, podendo ser modificado de acordo com o caminho apontado pelo grupo, possibilitando, assim, acolher o fenômeno que se revelava, sem retirá-lo de seu movimento fenomênico. Podia, assim, ser necessário rever e/ou ampliar o número de encontros ou, até mesmo, ter encontros individuais com uma (ou mais) das famílias ou com algum membro destas.

Essa aventura foi vivenciada como um grande desafio, apresentando-se, em alguns momentos, como uma experiência angustiante, ao me lançar frente a minha condição de desamparo. A todo tempo, deparava-me com as minhas limitações como psicóloga e pessoa, e era chamada a por em xeque os conhecimentos “psicologizantes” adquiridos durante o curso. Por outro lado, tal experiência possibilitava ampliar minha escuta clínica e parecia fazer sentido, ao facilitar que as famílias se apropriassem de seus sofrimentos. Era uma possibilidade de ofertar uma “atenção psicológica” não apenas as crianças, mas a família sofrente. Questão que me mobilizou durante toda a graduação: muitas vezes, questionei-me se o sofrimento infantil, na maior parte das vezes, não era uma forma de denunciar o “adoecimento” de uma família, visto que esta se constitui como o primeiro vínculo de socialização. Importa esclarecer que ao falar de família não me refiro apenas à família tradicional burguesa (pai-mãe-filho), mas a toda e qualquer forma de família que se apresenta como os primeiros vínculos afetivos necessários ao desenvolver-se da criança, aquele que primeiro oferece uma possibilidade de compreensão do mundo.

Além do primeiro grupo, ainda no primeiro semestre de 2008, tive a oportunidade de participar de mais um, também, como estagiária, no mesmo ano, e de mais alguns, em 2009 e 2010, como psicólogo-voluntária do Serviço de Psicologia. Cada um destes grupos foi experienciado de forma singular como possibilidade de acolher os fenômenos que se desvelavam, o que implica assumir a atitude fenomenológica como pressuposto fundamental da ação clínica. Aos poucos, na medida em que os encontros (os grupos) iam acontecendo e reflexões surgiam, fui me disponibilizando para acolher o inesperado, conseguindo, assim, abrir mão da previsibilidade e do aparente controle dados pela concepção da Psicologia tradicionalista. Ao mesmo tempo, várias inquietações aconteciam.

Numa tentativa de tematizar tal experiência e buscando ampliar as compreensões acerca desta modalidade de prática psicológica, iniciei o Mestrado

em Psicologia Clínica, tendo como proposta dar continuidade aos estudos sobre o Psicodiagnóstico Interventivo. Minha proposta, para elaboração desta pesquisa, era contribuir para ampliar a compreensão da dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo, apresentado por Yehia (2004/2009) e testemunhada por mim em minha prática clínica. Pois, compreendia que apesar da literatura especializada e das pesquisas científicas que abordavam esta modalidade de prática psicológica, ainda havia algumas interrogações, principalmente, no que se referia a sua dimensão colaborativa.

Yehia compreende tal prática psicológica numa perspectiva fenomenológica existencial (1994) e ressalta a condição de co-participação dos personagens (psicólogos e clientes) ativos do Psicodiagnóstico Interventivo, que passa a denominar de Colaborativo. Todavia a reflexão apontava para a possibilidade de considerar o modo de ser do homem como proposto por Heidegger, enfatizando a condição ontológica do existir humano como ser-com e ser-em (pré-compreensão e disposição afetiva) e a compreensão de fusão de horizontes de Gadamer.

Caminhando nessa direção, mostrou-se ser importante dialogar com psicólogos que atuam em Psicodiagnóstico Interventivo na perspectiva fenomenológica existencial. Nesta conversação, algumas questões se apresentaram: Como os psicólogos interlocutores compreendem a ação clínica no Psicodiagnóstico Interventivo? Quais dimensões desta prática clínica são desveladas? A dimensão colaborativa também se revela em tais práticas clínicas e como é compreendida?

Além destas questões, inquietava-me: Como o Psicodiagnóstico se desenvolveu como prática psicológica e quais rupturas sofreu, ao longo da história, até ser possível pensá-la como uma prática interventiva? Quais são as contribuições que a clínica psicológica na perspectiva fenomenológica existencial pode acrescentar a tal prática psicológica? E, mas especificamente, como os pressupostos fenomenológicos existenciais, ao modo de Heidegger e Gadamer, podem contribuir para tematizar esta modalidade de prática psicológica?

Para tanto, no primeiro capítulo, procurei apresentar uma breve revisão da compreensão de prática psicológica e um resgate histórico do Psicodiagnóstico, destacando algumas das rupturas sofridas ao longo dos tempos que possibilitaram pensar uma diversidade de modos de fazer. No segundo, contextualizo os

pensamentos filosóficos de Husserl e Heidegger, visando, ao final, possibilitar uma compreensão da clínica fenomenológica existencial. No terceiro capítulo, delineio o caminho percorrido pela presente pesquisa, destacando sua natureza e o método utilizado para colocar a interrogação em ação. Este contempla, ainda, o texto/narrativo/escrito que desvela algumas das reflexões realizadas no meu encontro com as narrativas (testemunhos) dos interlocutores e com os pensamentos de outros psicólogos-pesquisadores e filósofos. Ao final, teço algumas considerações acerca desta prática psicológica, passando a nomeá-la de Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo, ressaltando sua dimensão colaborativa a partir da compreensão de “fusão de horizontes” de Gadamer.

1 A PRÁTICA PSICOLÓGICA: rupturas necessárias

Na tentativa de ampliar a discussão acerca da dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico como prática psicológica em uma perspectiva fenomenológica existencial¹ desvelou-se como fundamental, neste primeiro momento, a apresentação da compreensão de prática psicológica que guia esta pesquisa. Em seguida, adentrar-se a historicização do Psicodiagnóstico, revelando assim alguns dos modos de fazer/pensá-lo produzidos e reproduzidos ao longo do desenvolvimento da Psicologia, que são retratados pela literatura especializada.

A prática psicológica, hoje, tem mostrado uma diversidade de atuações, compreensões e concepções teóricas, resultantes da própria dispersão de saberes da Psicologia, como ciência e profissão. No entanto, por muito tempo, a prática clínica do psicólogo esteve associada à psicoterapia, sendo vista como um atendimento destinado, na maior parte das vezes, à população socialmente favorecida que podia pagar pelos serviços prestados. Tais atendimentos aconteciam em consultório particular, de forma individual, com hora e dia marcados, tendo cada encontro entre 30 a 40 minutos de duração.

Essa compreensão não apenas esteve presente na visão da população leiga, mas fez parte, por muito tempo, da formação do psicólogo, orientando a sua ação clínica. Para os domínios acadêmicos, a ação clínica deveria ocorrer de forma estritamente articulada à teoria, atribuindo um caráter científico ao trabalho do psicólogo. Neste sentido, a ação era orientada “por pressupostos claros”, fundada em “conceitos bem definidos”, sendo exercida por meio de “uma técnica precisa e aplicada de forma neutra” (M. Ancona-Lopez, 1999, p.13). A partir desta compreensão, os profissionais, principalmente os que tinham sua prática associada ao meio acadêmico, tentavam, o máximo possível, adequar suas ações às explicações teóricas, estabelecendo certa linearidade entre prática e teoria. Tal

¹ Importa ressaltar que o Psicodiagnóstico como prática psicológica numa perspectiva fenomenológica existencial já se constituiu em campo de pesquisa de Yehia (1994) em sua tese de doutorado “*Psicodiagnóstico Fenomenológico Existencial: espaço de participação e mudança*”. Nesta, a autora tem como foco sua experiência em tal prática psicológica, tendo como aporte epistemológico a Fenomenologia Existencial, e busca conhecer a fecundidade deste seu fazer e suas repercussões, principalmente, em relação aos pais. Para tanto, apresentou a tematização de sua experiência a partir da descrição e reflexão de dois casos clínicos e de entrevistas de *follow up* realizadas com os pais um ano após o término do processo.

linearidade, conforme a autora supracitada, era bastante almejada e quando não ocorria, acabava por ser camuflada, numa tentativa de sustentar a compreensão de que toda prática decorre da teoria, ou seja, que os pressupostos teóricos eram, por si mesmo, suficientes para conduzir a ação clínica. Assim, os fracassos, as falhas e/ou as lacunas que pudessem vir a ocorrer eram atribuídas aos profissionais – isto teria ocorrido porque ele não foi capaz de seguir fielmente os pressupostos teóricos, aplicando suas técnicas inadequadamente.

Tal compreensão, por sua vez, implica o silenciamento da alteridade e da dissonância típica da ação clínica, desvalorizando seus modos de aproximações, em prol de uma formação teórica e metodológica normatizada e institucionalizada. Esta formação, por sua vez, dificulta o surgimento de novos conhecimentos resultantes dos incômodos e tensões próprios da ação clínica. Como lembra M. Ancona-Lopez (1999, p.14), tal perspectiva, ao desvalorizar o tensionamento teórico-prático em prol de uma prática que privilegia a aplicação dos pressupostos teóricos, “afasta-se de um rico manancial de esboços, questionamentos e sugestões que, se devidamente explorado”, possibilitariam transformar o trabalho clínico em fonte de novos conhecimentos.

Além disso, muitos psicólogos – por não possuírem referenciais ou conhecimentos que sustentassem sua prática em outros contextos diferentes do modelo tradicional de psicoterapia – acabam por adaptar suas ações às técnicas e aos pressupostos por eles conhecidos e utilizados nos consultórios particulares, sem, todavia, levarem em consideração as especificidades da demanda. Desta forma, tal prática psicológica afasta-se das especificidades do contexto socioeconômico em que acontece, resultando, muitas vezes, em um serviço pouco eficaz à população que o procura. E os psicólogos, por sua vez, reproduzindo a forma como aprenderam as diversas teorias clínicas, e, por não conseguirem se distanciar de tais pressupostos, são “incapazes” de explorar as possibilidades que a situação prática oferece. Assim, a prática psicológica se torna padronizada e inflexível, resultando em ações clínicas que normalmente já nascem fracassadas.

No que concerne, especificamente, às instituições de saúde e às clínicas-escola, a ação clínica mostra que a prática psicológica tradicional não dá conta das demandas que chegam a tais contextos, resultando em inúmeros complicadores, como: as longas e demoradas listas de esperas; a falta ou não comparecimento às primeiras consultas ou aos encaminhamentos, posteriores, para a psicoterapia,

devido ao não acolhimento imediato do sofrimento do cliente; a superlotação de pacientes submetidos às demoradas psicoterapias individuais; e o alto número de abandono ou desistência do “tratamento” sem a menor comunicação.

Desse modo, psicólogos-pesquisadores – como M. Ancona-Lopez (1995); Cupertino (2001, 2008) Morato (1999); Morato, Barreto e Nunes (2009) –, partindo de suas experiências em tais contextos, e motivados pelos compromissos ético-políticos da profissão, têm desenvolvido estudos sobre a prática psicológica e delimitam novas propostas de modalidades de prática que se apresentam como respostas encontradas em situações concretas nas instituições que atuam, frente às dificuldades e aos desafios apresentados pelas demandas com que se deparam. Tais demandas têm suscitado necessidade de revisão e remanejamento da intervenção psicológica, uma vez que se apresentam sem nenhuma previsibilidade e clamam por um espaço de escuta e resposta, aberto à diversidade e à pluralidade.

Tal fazer clínico atribui ao contexto social do cliente uma dimensão privilegiada, ampliando o campo de atuação do psicólogo o qual passa a ater-se a questões mais complexas. Volta-se para o comprometimento com as questões ético-sociais que norteiam tal prática, desvinculando-se da compreensão de ação enquanto mera aplicação teórica, e vinculando-se à produção do conhecimento sustentado no tensionamento teórico-prático. Assume a compreensão de prática enquanto práxis – do grego *prassein* (passar através) – significando ação voluntária com decisões éticas.

Nessa perspectiva, a ação clínica compromete-se em manter contato estreito com a experiência do cliente, renunciando às posturas de controle e de previsão – características do fazer clínico tradicional –, exigindo do profissional uma postura de maior abertura para o acolhimento do inesperado. Esta abertura implica o comprometimento do profissional de estar junto a seu cliente, disponibilizando-se ao acolhimento do seu sofrimento, o que possibilitará a este se engajar ativamente em seu próprio atendimento, assumindo-se como co-participante-ativo deste processo. Tal postura associa-se à compreensão de que “toda atuação psicológica é uma ação de intervenção cujo significado será dado pelo campo relacional que se estabelece entre as partes e que é exclusiva e peculiar àquele momento e àquela relação” (S. Ancona-Lopez, 1996, p.12). Desta forma, todo encontro é percebido como possibilidade de que algo aconteça e as “novas” modalidades de prática psicológica passam a ser reconhecidas e valorizadas.

Essa compreensão permite, por sua vez, a inclusão da população menos favorecida que, por muito tempo, esteve à margem do atendimento psicológico, possibilitando acolher o sofrimento humano que ali se desvela. Existe, ainda, a preocupação em tentar compreender tal sofrimento como uma produção dos modos de vida do homem contemporâneo.

Entre essas modalidades de prática psicológica podemos destacar o Psicodiagnóstico, campo de estudo do presente trabalho. Tal modalidade já foi abordada em diversos trabalhos e pesquisas, como os de M. Ancona-Lopez (1995); S. Ancona-Lopez (1996); Corrêa (2004); Cupertino (1990); Donatelli (2005); Maichim (2006); Yehia (1994; 2004; 2009).

1.1 Psicodiagnóstico: origem e rupturas

O Psicodiagnóstico, como prática psicológica, desenvolveu-se em paralelo à história da Psicologia, tendo seus modos de pensar/fazer “nas inúmeras teorias que procuram conhecer e compreender o homem” (S. Ancona-Lopez, 1995, p.28). Sua origem coincide com o aparecimento da Psicologia Clínica, criada em 1986 por Lighter Witmer, advinda da Psicologia Acadêmica e sob influência da tradição médica (Cunha, 2002). Tal influência resultou em efeitos marcantes na construção da identidade do “psicólogo clínico” por ter possibilitado um modelo de identificação; todavia dificultou ainda mais as relações interpessoais.

O psicólogo trabalhou durante muito tempo com um modelo similar ao do médico clínico que, para proceder com eficiência e objetividade, toma a maior distância possível em relação a seu paciente a fim de estabelecer um vínculo afetivo que não o impeça de trabalhar com a tranquilidade e a objetividade necessárias (Ocampo & Arzeno, 2003, p. 6).

Nesse período, a Psicologia buscava firmar-se como uma ciência positiva, seguindo e se adequando ao modelo das ciências exatas que se voltava para a verificação, comprovação e objetivação do conhecimento. Nesta tentativa de se construir como Ciência, a Psicologia Clínica – assim como o Psicodiagnóstico e a própria Psicologia – foi marcada pelos trabalhos de Galton, com o estudo das diferenças individuais, pelos de Cattell, a quem se deve os primeiros testes mentais,

e pelos de Binet, que propõe a utilização do Exame Psicológico, sendo atribuído a esses autores a paternidade do Psicodiagnóstico (Cunha, 2002).

Muitos outros autores, seguindo tal paradigma de ciência, tiveram seus trabalhos reconhecidos e contribuíram fortemente com o desenvolvimento e a consolidação do Psicodiagnóstico. A este respeito, Yehia (2009) lembra a influência exercida pela psicométrie a tal modalidade, ressaltando que, por muito tempo, os testes psicométricos foram bastante valorizados e eram os principais, se não os únicos instrumentos utilizados. Este modelo buscava “a exatidão dos dados coletados” e compreendia “o homem como uma soma de características ou de fatores passíveis de mensuração”, sendo “o método quantitativo” a base de sustentação de tais estudos, das investigações e da prática psicológica (p.65). Dentro desta perspectiva, o Psicodiagnóstico destinava-se a medir, quantificar e avaliar as estruturas psicológicas do paciente, seguindo o rigor médico-científico da época.

Tal modalidade de prática psicológica se constituía num processo em que o psicólogo aplicava um teste (ou uma bateria deles) que, na maioria das vezes, vinha definido a priori pelo profissional-solicitante. Neste sentido, a função do psicólogo consistia apenas no “cumprimento de uma solicitação com as características de uma demanda a ser satisfeita, seguindo os passos e utilizando os instrumentos indicados” pelo psiquiatra, pediatra, neurologista ou qualquer outro profissional qualificado para tal (Ocampo & Arzeno, 2003, p. 6). Este profissional deveria assumir uma postura de neutralidade, afastando-se o máximo possível do paciente, estabelecendo com este um vínculo afetivo que não interferia na objetividade de seu trabalho. Desta forma, ainda segundo as autoras, o psicólogo era visto como um profissional que aprendeu, o melhor que pôde, a aplicar teste, sendo capaz de aplicá-lo de modo imparcial e objetivo. Já o paciente era importante na medida em que docilmente realizava o(s) teste(s), seguindo o mais fielmente possível as informações e recomendações fornecidas pelo psicólogo.

Ao final desse processo, o psicólogo despedia-se do paciente e encaminhava ao profissional-solicitante uma “síntese” mais detalhada e fidedigna possível de todo o processo e dos resultados encontrados. Tal síntese, na maior parte das vezes, era composta também de informações “desnecessárias”, uma vez que o profissional-solicitante não possuía conhecimentos básicos necessários para interpretá-los. Isto ocorria na tentativa do psicólogo provar para si mesmo e para os

outros a importância de sua tarefa, e por acreditar que tal descrição dava uma maior legitimação e confiabilidade às suas conclusões. No entanto, a partir dos conhecimentos atuais, tais informes podem ser compreendidos como “uma fria enumeração de dados, traços, fórmulas, etc., frequentemente não integrados numa Gestalt que apreende o essencial da personalidade do paciente e permite evidenciá-lo” (Ocampo & Arzeno, 2003, p. 6).

Em oposição a essa prática e devido à difusão da psicanálise no âmbito universitário, muitos psicólogos – que almejavam experimentar uma relação mais próxima ao seu cliente – transferiram a dinâmica do processo psicanalítico para a ação do Psicodiagnóstico. Entretanto, tais profissionais não levaram em consideração as especificidades desta prática, como, por exemplo, a disposição do tempo limitado. E as técnicas psicanalíticas – como a de associação livre (entrevista livre) – passaram a ser supervalorizadas, e os testes psicométricos renegados ao segundo plano (Ocampo & Arzeno, 2003). Assim, esta aquisição, na medida em que trouxe um enriquecimento à compreensão dinâmica do caso, também gerou uma nova crise de identidade do psicólogo.

Nesse sentido, as autoras acima citadas compreendem que, do mesmo modo que os psicólogos que se dedicavam a pensar/fazer o Psicodiagnóstico precisaram se rebelar contra a identidade de mero aplicador de testes, eles necessitaram delimitar suas ações, definindo as semelhanças e as diferenças que o seu fazer possui em relação ao do terapeuta psicanalítico. Nesta direção, propõem outro enquadramento para o Psicodiagnóstico que tem como objetivo “conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar” (p.11), visando a realizar, em seguida, o encaminhamento terapêutico necessário.

Tal modelo não se satisfaz em apenas quantificar e mencionar os elementos constitutivos da personalidade do paciente, mas se dispõe a realizar um panorama preciso e completo de cada caso, tentando obter os aspectos patológicos e adaptativos do paciente. Para alcançar tal objetivo, o profissional faz uso de algumas técnicas – entrevista semidirigida, testes ou técnicas projetivas e entrevistas de devolução – buscando abranger aspectos significativos do passado, presente (diagnóstico) e futuro (prognóstico) do paciente.

Seguindo nosso enfoque, reconhecemos no processo de psicodiagnóstico os seguintes passos: 1º) Primeiro contato e entrevista inicial com o paciente. 2º)

Aplicação de testes e técnicas projetivas. 3º) Encerramento do processo: devolução oral ao paciente (e/ou seus pais). 4º) Informe escrito para o remetente (Ocampo & Arzeno, 2003, p.12).

A entrevista inicial constitui-se nos pontos de partida e de chegada do processo, momento em que o psicólogo coleta o maior número de informação possível sobre o seu paciente e delinea um enquadramento de trabalho, definindo, inclusive, os testes a serem utilizados.

Para recomendar esta técnica de entrevista semidirigida levamos em conta duas razões: a primeira é que devemos conhecer exaustivamente o paciente, e a segunda responder à necessidade de extrair da entrevista certos dados que nos permitam formular hipóteses, planejar a bateria de testes e, posteriormente, interpretar com maior precisão os dados dos testes e da entrevista final. (...).

... a entrevista clínica é “uma” técnica, não “a” técnica. É insubstituível enquanto cumpre certos objetivos do processo psicodiagnóstico, mas os testes (e nos referimos particularmente aos testes projetivos) apresentam certas vantagens que o tornam insubstituíveis e imprescindíveis (Ocampo & Arzeno, 2003, p.18).

No planejamento da bateria de teste a ser aplicado é imprescindível que o psicólogo tenha em mente que o processo deve ser suficientemente amplo para fornecer uma compreensão do paciente, todavia ele não pode ser demorado. Tal etapa deve ser planejada de modo a possibilitar ao psicólogo coletar o maior número possível de condutas (verbais, gráficas e lúdicas, este último no caso de atendimento à criança) do paciente, permitindo a realização de comparações entre um mesmo tipo de comportamento (coletados a partir de diferentes estímulos) e entre as diferentes respostas dadas a um mesmo estímulo.

A entrevista de devolução apresenta-se como o espaço da intervenção, momento em que o psicólogo sintetiza para seu paciente e/ou grupo familiar os resultados encontrados e realiza o encaminhamento necessário. Esta etapa constitui-se na comunicação verbal discriminada da compreensão do caso, feita pelo profissional ao paciente e seus familiares. Ela deve ser apresentada ainda por escrito ao profissional-solicitante, todavia não dispensa a devolutiva oral ao paciente e, quando necessário, a seus familiares.

Nessa perspectiva, o Psicodiagnóstico é uma prática bastante delimitada com começo, meio e fim, com separação nítida entre a primeira fase, a coleta de informações, e a etapa final, momento da devolutiva e de realizar a indicação terapêutica. Se compararmos este modelo relatado ao utilizado no surgimento da Psicologia Clínica, alguns pontos de rupturas e aproximações podem ser evidenciados. Tal enquadramento do Psicodiagnóstico, além de acrescentar a

técnica de entrevista semidirigida e atribuir um maior valor aos testes projetivos – herança da psicanálise – dá ao psicólogo uma maior participação no processo. Pois, ele passa a selecionar os testes a serem aplicados e é reconhecido como o profissional que possui os conhecimentos necessários para realizar a compreensão psicodinâmica do caso. No entanto, ao paciente ainda é atribuído um lugar de mero informante (passivo).

Assim, o Psicodiagnóstico continua caracterizando-se como uma prática investigativa e/ou avaliativa e, neste sentido, não se compromete com a mobilização e o desvelamento de sentido e/ou com a ampliação da compreensão acerca do vivido por parte do paciente. As mudanças que porventura possam vir a ocorrer “serão creditadas à relação estabelecida com o profissional, mas não assumidas por ele como uma intenção ativa naquele momento” (S. Ancona-Lopez, 1995, p.31).

Esse modelo do Psicodiagnóstico ainda hoje é utilizado por psicólogos que se dedicam à realização desta modalidade de prática psicológica. Entretanto, algumas críticas, que mobilizam algumas rupturas e outros modos de fazer/pensar tal prática, vão se delineando:

(...) seja com os testes de nível intelectual, mais diretamente associado à tradição psicométrica, seja com os testes projetivos e a entrevista, procedimentos decorrentes dos conhecimentos trazidos da psicanálise, encontramos o psicólogo enveredado por algo já constituído (as teorias e as técnicas), a partir do que se investigava o objeto de estudo, com o qual não podia se envolver sob o risco de perder a precisão dos resultados (Yehia, 2009, p.65).

Tal aparente neutralidade constitui-se numa armadilha perigosa, uma vez que o psicólogo ao basear-se em algo já constituído (as técnicas e as teorias) terá dificuldades em reconhecer e separar o que realmente foi observado e o que resultou de suas compreensões teóricas prévias (Yehia, 2009). Assim, ainda sustenta e corrobora para o desenvolvimento de uma relação assimétrica, em que o psicólogo, detentor do saber, encontra-se no topo hierárquico e o paciente e seus familiares, meros informantes e receptores passivos, constituem a base de tal pirâmide.

Conforme Santiago (1995), este modelo do Psicodiagnóstico volta-se para atender a necessidade do psicólogo de conhecer e diagnosticar o que, por sua vez, pode intensificar a ansiedade do paciente, atrapalhando o desenrolar do processo e dificultando o seu engajamento no atendimento posterior, ou seja, sua adesão ao

encaminhamento realizado pelo psicólogo. A este respeito, Yehia (1995) observou em sua prática que os pais – nos casos de atendimentos à criança – que passam pelo Psicodiagnóstico tradicional, na maior parte das vezes que comparecem ao encaminhamento realizado, demonstram-se pouco motivados. E quando são questionados sobre o processo, limitam-se a repetir as queixas iniciais, agora, acrescidas de uma indicação terapêutica.

Para S. Ancona-Lopez (1995), tal prática é pouco mais do que uma coleta de dados que possibilita o encaminhamento para o atendimento posterior à psicoterapia: momento em que o paciente seria realmente acolhido em seu sofrimento. A autora (1995) lembra, entretanto, que o cliente² quando busca uma ajuda psicológica espera ser acolhido no seu sofrimento, não importando o nome que é dado ao processo. No entanto, o psicólogo quando desconsidera o pedido e posterga a intervenção acaba por empobrecer um encontro rico de possibilidades.

1.1.1 Psicodiagnóstico Interventivo: uma modalidade de prática psicológica

Considerando as críticas feitas ao Psicodiagnóstico Tradicional e o contexto em que atuam, M. Ancona-Lopez e seus colaboradores (1995) apontam para outro modo de fazer/pensar o Psicodiagnóstico, que não apenas considera seu valor investigativo, mas também destaca seu valor compreensivo e terapêutico. Tal processo de transição é descrito pela autora como resultado de questionamentos e reflexões advindos da sua prática e das de seus colaboradores, como supervisores e professores em clínicas-escola. Esta modalidade de prática psicológica foi denominada, por eles, de Psicodiagnóstico Interventivo, sendo uma tentativa de fornecer atendimentos mais significativos e eficazes à população que procurava essas clínicas-escola.

O Psicodiagnóstico Interventivo pode ser encontrado na literatura especializada, privilegiando tanto uma perspectiva psicanalítica como fenomenológica. Mas, para efeito deste estudo, serão consultados os autores que abordam esta prática a partir da fenomenologia existencial. Tais autores ressaltam a necessidade de acolher o cliente em seu sofrimento, levando em conta as

² A partir desta parte do texto, passa-se a nomear o paciente pela nomenclatura cliente, uma vez que tais autores possibilitam pensar o Psicodiagnóstico como uma prática psicológica interventiva, na qual cliente e psicólogo são compreendidos como personagens ativos e igualmente importantes na construção e no desenvolvimento deste processo.

compreensões e as considerações trazidas por este, desde a primeira entrevista, assumindo um caráter interventivo.

Conforme o sentido apresentada por Freire em um dicionário da língua portuguesa, e utilizada por S. Ancona-Lopez (1995, p.26): o termo intervenção – como derivado da palavra latina *intervenire* – diz respeito à ação de:

meter-se de permeio, ser ou estar presente, assistir, interpor os seus bons ofícios.

Meter-se de permeio: indica atuação. Posição ativa de alguém que interfere, que se coloca entre pessoas, que de algum modo estabelece um elo, uma ligação.

Interpor os seus bons ofícios: ação de quem tem algum preparo em determinada área e põe seus conhecimentos à disposição de quem deles necessita. Ação de quem acredita no que faz.

Estar presente: não indica necessariamente uma ação, o que leva a pensar em alguém disponível, que aguarda uma solicitação. Estar presente parece indicar uma posição, alguém a quem se pode recorrer e que está inteiro na situação.

Assistir: indica ajuda, cuidados, apoio.

A partir dessa compreensão de intervenção, o processo de Psicodiagnóstico ganha novos contornos, que exigem outra atitude do profissional que “assiste” à demanda. Esta atitude se norteia dentro de uma visão ampliada da Psicologia, que rompe com a compreensão tradicional de ação clínica enquanto aplicação teórica, e compreende que toda prática psicológica pode caracterizar-se como terapêutica. Neste sentido, a intervenção psicológica não mais se limita apenas a determinadas situações e *settings* terapêuticos. Tal compreensão solicita ao psicólogo assumir uma atitude flexível, de constante questionamento e reflexão acerca de sua prática e teoria, possibilitando-o transitar entres estas com certa desenvoltura. A este respeito, S. Ancona-Lopez (1995, p.32) ressalta que, na “medida em que o profissional acredita que todo contato com seu cliente pode ser um momento significativo para ambos, sem dúvida adotará uma postura mais ativa e reverá muitos dos conceitos que norteiam sua prática”.

Ainda conforme a autora, tal processo se torna significativo para ambas as partes (psicólogo e cliente) se o conhecimento, ali, construído “se dê na possibilidade de uma formulação conjunta da experiência vivida naquela relação” (p.32). Assim, torna-se necessário que psicólogo e cliente possam caminhar juntos, compartilhando suas compreensões, suas dúvidas e sentimentos acerca da experiência vivenciada.

Para que o psicólogo consiga convidar o cliente a caminhar com ele nesse desafio, é necessário que possa se despir das roupas aparentemente seguras advindas dos conceitos rígidos e inflexíveis da Psicologia Aplicada, aventurando-se em terrenos desconhecidos, mas férteis em possibilidades. Assumir tal atitude implica que o profissional esteja disposto a se deparar com o inesperado, arriscando-se em terrenos movediços, mobilizadores de angústia e de possíveis mudanças. Estas mudanças são desveladas na medida em que as intervenções são feitas, levando tanto o cliente como o psicólogo a refletirem sobre o fenômeno que se mostra. Sobre isto, S. Ancona-Lopez (1995, p.34) destaca que:

Os apontamentos serão interventivos se não repetirem as situações de vida cotidiana do cliente. Ou seja, quando introduzir a estranheza no relacionamento, de modo a fazer o cliente confrontar-se com uma ruptura: a ruptura de seus comportamentos usuais, a ruptura da compreensão costumeira, a ruptura dos jogos relacionais que aprendeu a jogar.

Para isso, o psicólogo abre-se para o encontro com seu cliente, deixando-se ser afetado pelo vivido, intervindo sempre que necessário e cuidando para estar com ele de forma a romper com o cotidiano. A intervenção, enquanto ação propriamente clínica, busca a ampliação da demanda e a tematização do sofrimento, possibilitando a emergência de novas compreensões sobre a crise vivida. O processo torna-se, então, “significativo” para todos os que estão envolvidos nele: acolhendo o cliente em seu sofrimento, permite a ampliação da demanda por solicitar-lhe assumir-se ativamente frente a si mesmo. O cliente deixa de ser um mero passageiro, assumindo a direção desta viagem junto ao psicólogo, uma vez que possui um conhecimento tácito sobre o vivido. Este se dá na dimensão da experiência e “mescla o saber cognitivo às impressões e afetabilidades pessoais”, possibilitando assim “o acontecer de uma aprendizagem outra” que como tatuagem “se escreve no sujeito e passa fazer parte dele”, deixando marcas em sua pele (Oliveira & Morato, 2009, p144).

Tal conhecimento do cliente não é melhor ou pior do que o do psicólogo, mas igualmente importante e necessário para que uma compreensão conjunta possa emergir. Nesta direção, Cupertino (1995) afirma que o Psicodiagnóstico Interventivo não busca apenas preencher as necessidades de compreensão do psicólogo, com a consequente definição da patologia e indicação de medidas terapêuticas, mas destina-se ao cuidado com o outro. Assim, serve, principalmente, aos interesses do

cliente na medida em que as compreensões terão efeitos em sua vida, proporcionando transformações.

Para Yehia (1995) este outro modo de fazer/pensar o Psicodiagnóstico constitui-se num espaço de cooperação, onde ambas as partes – psicólogo e cliente – são chamados a assumir-se ativamente no processo, possibilitando o compartilhamento das impressões, compreensões e interpretações sobre o vivido. A respeito disto, S. Ancona-Lopez (1995, p. 33) alerta que:

Esta colaboração (...) somente será possível se o psicólogo se abrir para a co-participação do cliente e acreditar que este último pode compartilhar os conhecimentos que se forem configurando durante o processo. É uma atuação que se caracteriza pelo fato de o psicólogo partilhar suas impressões sobre (e com) o cliente, levando-o a participar do processo e a abandonar a postura passiva de “sujeito” a ser conhecido. A partir daí o psicólogo manterá sua escuta voltada para as possibilidades de intervenção.

As compreensões do cliente e do terapeuta não precisam ser iguais ou complementares, podendo ser até mesmo opostas. Mas será fundamental que tais compreensões e interpretações sejam compartilhadas, e que ambos, terapeuta e cliente, envolvam-se num jogo que possibilite ampliar as compreensões acerca do vivido. Psicólogo e cliente encontram-se, a partir de pontos de vistas diferentes, mas igualmente importantes, colaborando na tarefa de desvelar sentido e possibilidades da existência de um deles, o cliente. (Cupertino, 1995). Este encontro privilegia a experiência do cliente acerca de si mesmo, dos outros e do mundo. Assim, “as explicações teóricas dominadas pelo psicólogo tornam-se modos possíveis de atribuir significados à experiência do sujeito, sendo, em última instância, validados por ele mesmo” (M. Ancona-Lopez, 1995, p.93). Nesta perspectiva, não existirá uma compreensão fechada e inalterada; todas as proposições teóricas serão apenas possibilidades de compreender o fenômeno e não a única e verdadeira possível.

Nessa direção, os testes psicológicos não são mais compreendidos como os principais instrumentos a serem utilizados no Psicodiagnóstico, mas apenas como mais um entre tantos outros. Não são mais utilizados com a finalidade de confirmar e aprofundar as percepções do psicólogo acerca de seu cliente, dando maior segurança para realizar o diagnóstico e o encaminhamento. Mas, como dispositivos / instrumentos que podem ser acionados, quando necessário, para ajudar tanto o cliente como o psicólogo a ampliarem suas compreensões sobre o vivido, sem, no entanto, fechar o diagnóstico.

No Psicodiagnóstico Interventivo, os encontros serão programados durante o processo e consideram o tempo disponível, sendo valorizada a interação cliente-psicólogo na medida em que possibilita que ambos entrem em contato com o modo de ser cotidiano do primeiro, viabilizando a tematização do vivido e o desvelamento de outros modos de poder-ser. Além disto, seus contornos são construídos e delimitados na própria relação, a partir do que o fenômeno revela. Assim, não há uma padronização rígida e normatizada do modo de fazer/pensar esta prática, não sendo definida a priori por técnicas que devem ser eficazmente aplicadas. Cada processo, cada encontro, será percebido como inovador, na medida em que possibilitará o desvelamento do caminho a ser percorrido e dos dispositivos que podem vir a ser acionados, enquanto possibilidades de ampliar a compreensão do experienciado.

Assim, a prática do Psicodiagnóstico, numa perspectiva fenomenológica existencial, leva a reavaliar as atitudes do cliente e do psicólogo: este “está mais interessado em acompanhar seu cliente a engajar-se em um processo contínuo de *autodiagnóstico* em vez de se limitar a compreender sozinho o problema” (Yehia, 2009, p. 66 – *grifo da autora*). Por outro lado, o cliente engaja-se no processo, constituindo-se num parceiro ativo na busca de desvelamento de sentido e na ampliação da demanda, compreendendo esta modalidade de prática psicológica como um processo de co-participação e de co-construção de sentido. A partir desta compreensão, Yehia (2004) aponta para uma dimensão colaborativa desta prática e chama-o de Psicodiagnóstico Colaborativo.

Essa dimensão colaborativa também foi desvelada na prática da presente autora como estagiária e psicólogo-voluntária do Serviço de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, onde atuou em grupos de Psicodiagnóstico de pais com crianças numa perspectiva fenomenológica existencial. Tal dimensão revelada em seu fazer clínico a mobilizou a dar continuidade as discussões e pesquisas realizadas acerca de tal modalidade de prática psicológica, uma vez que compreende que apesar da dimensão colaborativa já ser ressaltada pela literatura especializada, ainda é pouco tematizada. Nesta direção, a pesquisadora busca ampliar as reflexões e a compreensão da dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo, numa perspectiva fenomenológica existencial. Para tanto, no capítulo seguinte, serão apresentados alguns dos pressupostos da Psicologia

Fenomenológica e possíveis desdobramentos, tendo sempre em vista a proposta da presente pesquisa.

2 FENOMENOLOGIA E PSICOLOGIA: encontros possíveis

A Psicologia apresenta-se como uma dispersão do conhecimento, constituída por uma diversidade de perspectivas epistemológicas, metodológicas e conceituais. Penna (1997), na tentativa de sistematizar tal dispersão, destaca quatro matrizes epistemológicas: o positivismo; a teoria crítica; a fenomenológica *eidética* e a existencial ou ontologia do ser de Heidegger.

Tais matrizes possibilitaram o surgimento das mais variadas abordagens psicológicas, resultando numa diversidade de modos de saber fazer e pensar a ação clínica, que se apresenta em modalidades de prática psicológica. Na busca de compreender a modalidade do Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo a partir da Fenomenológica Existencial, serão enfocadas as duas últimas perspectivas epistemológicas destacadas por Penna, principalmente, a existencial.

Para tanto, imposta ressaltar que Husserl, considerado o pai da fenomenologia contemporânea, apresentou outra via de acesso para o conhecimento, diferente do método metafísico. A re-elaboração de algumas de suas proposições possibilitou o desenvolvimento do pensamento de vários outros pensadores, como: Merleau-Ponty; Gadamer e do próprio Heidegger (Zilles, 2008). Devido, pois, a sua importância na história da Fenomenologia, antes de adentrar no pensamento heideggeriano e na Psicologia Existencial, importa apresentar, brevemente, a filosofia husserliana e suas contribuições para a construção de uma Psicologia Fenomenológica.

2.1 O pensamento filosófico de Husserl e a Psicologia

A Psicologia Fenomenológica (Eidética) começa a ganhar força no Brasil a partir da década de 70 com dissidentes da Psicologia Humanista. Muitos destes psicólogos, ao se depararem, em suas clínicas, com a insuficiência de suas abordagens, veem na fenomenologia uma possibilidade de respaldo para suas ações. Entretanto, esta passagem se deu de modo assistemático, sendo o método fenomenológico utilizado quase que livremente e pouco fundamentado nos

pressupostos filosóficos e epistemológicos husserlianos. Isto, por sua vez, possibilitou o surgimento de várias abordagens psicológicas, denominadas fenomenológicas, que apresentam uma diversidade de modos de fazer e pensar a Psicologia, tanto no campo da pesquisa como no da prática clínica. Além disto, muitas destas se limitaram a transpor o método fenomenológico-filosófico à ciência psicológica sem levar em consideração as especificidades destas áreas do conhecimento (Goto, 2008).

Sendo assim, antes de se abordar a concepção da Psicologia Fenomenológica como proposta por Husserl, faz-se necessário traçar breves considerações acerca do pensamento filosófico e epistemológico deste autor, visando compreender como tais pressupostos podem contribuir para uma ciência tão complexa como a Psicologia.

Husserl inicia seus estudos acadêmicos na ciência da matemática, tendo se aproximado da Filosofia por influência de Franz Brentano, de quem “herda” o conceito de “intencionalidade”. Mais tarde, Husserl reformula tal compreensão introduzindo a noção de “consciência intencional”, conceito-chave de todo seu pensamento. Este postula que toda consciência encontra-se voltada para um objeto (mundo) e que todo objeto e suas manifestações se dão (revelam-se) para uma consciência. Assim, a consciência é compreendida “como projeto do mundo”, ou seja, ela está “destinada a um mundo que não abarca nem possui, mas em direção ao qual não cessa de se dirigir – e o mundo como este indivíduo pré-objetivo cuja unidade imperiosa prescreve à consciência a sua meta” (Merleau-Ponty, 2006, p. 15). Desse modo, Husserl busca superar a dicotomia sujeito x objeto, mundo interno x mundo externo presente em todo o pensamento metafísico, compreendendo consciência e mundo como pólos opostos de uma mesma co-relação.

Durante toda sua trajetória, buscou estabelecer bases seguras e rigorosas para o conhecimento. Descreve cuidadosamente o mundo como desvelado na consciência, visando rigor absoluto para a ciência primeira – a filosofia. Nesta direção, apresenta a Fenomenologia como caminho para a construção de uma ciência apriorística, que fundamenta não apenas a filosofia, mas todas as demais ciências, concebidas, por ele, como fundadas e não mais fundantes. Com isto, objetivava reconduzir a filosofia para as questões originárias da existência humana, que foram esquecidas ao longo da história.

Apaixionado pela ideia cartesiana de encontrar o fundamento radical e primeiro para a filosofia, prossegue no caminho da dúvida cartesiana, dissociando-se desta em alguns pontos e lançando a *epoché* como método de investigação. Este consiste na instalação durável de uma atitude de eterno questionamento, sendo sua motivação interna presa somente a determinações voluntárias e não a uma tentativa de superar o caráter enganoso das coisas. Husserl comunga com a crítica radical aos preconceitos, aos pressupostos e às crenças já apresentada por Descartes; mas, ao invés de rejeitar toda verdade atribuída aos sentidos e às imagens, assume a atitude de suspensão, chegando às últimas consequências com a *epoché transcendental*, que coloca até mesmo o ego cogito em questionamento (Depraz, 2007).

Para Husserl, aquilo que aparece ou se mostra na experiência corresponde à verdade da coisa³. Neste sentido, não nega a existência de um mundo externo ao sujeito, mas prescinde dela propondo à “volta às coisas mesmas”, que como afirma Merleau-Ponty (2006, p. 3), “é antes de tudo a desaprovação da ciência”. Ainda conforme o autor, este “voltar às coisas mesmas” trata-se de descrever o fenômeno como se apresenta para a consciência e não consiste numa explicação ou numa análise reflexiva. Husserl interessa-se, pois, pelo fenômeno puro – como se revela na consciência – e compreende este como sendo o meio possível para se chegar à realidade originária. A “volta às coisas mesmas” implica recusar, como sendo verdade a priori, as argumentações doutrinárias e os sistemas autoconsistentes, em prol “das interrogações nativas suscitadas pelo mundo a nossa volta e das quais nossa vida reflexa se alimenta” (Depraz, 2007, p. 27). Isto se dá via intuição originária, fonte direta do verdadeiro conhecimento.

O próprio conhecimento das essências constitui-se num processo de intuição, que deve ser entendido “como ‘ato de preenchimento’ (*Erfüllung*) possível de um significado vazio”, é a intuição de uma possibilidade de significação (Depraz, 2007, p. 29). As lições advindas da própria experiência, via intuição, são o único caminho seguro para o conhecimento, compreende que um objeto só é conhecido, no sentido estrito do termo, se este for apresentado em uma evidência intuitiva, que decorre necessariamente de uma atestação em primeira pessoa. Porém, o conhecimento das coisas, do mundo e de si-mesmo, via intuição, estará sempre

³ Coisa, aqui, para Husserl não diz respeito ao objeto empírico, mas ao fenômeno tal como se mostra para a consciência.

relacionado ao poder das “coisas mesmas”, enquanto estas se manifestam para a consciência. Não há separação entre a pura aparência e a realidade em-si, mas uma co-relação intencional entre a consciência e o fenômeno que se desvela.

Assim, é pela autorreflexão radical que a Fenomenologia se revela como filosofia primeira, aproximando-se das “coisas” em sua pureza originária e imediata, deixando-se guiar exclusivamente por elas, o que possibilita descrever as coisas como se desvelam para e à consciência. Nessa direção, Husserl instaura a atitude fenomenológica em oposição à atitude natural do senso comum e, até mesmo, das ciências empíricas, que concebe o mundo de forma acrítica como simplesmente dado, tomando-o ingenuamente como sendo verdadeiro, real, externo e óbvio, sem colocar em xeque suas origens. A passagem de uma atitude a outra é possível via *epoché*, ou seja, pela aderência voluntária a uma atitude de constante questionamento. A respeito da redução fenomenológica, Merleau-Ponty (2006, p. 7) ressalta que ela é:

idealista, no sentido de um idealismo transcendental que trata o mundo como uma unidade de valor indiviso entre Paulo e Pedro, na qual suas perspectivas se recobrem, e que faz a “consciência de Pedro” e a “consciência de Paulo” se comunicarem porque a percepção do mundo “por Pedro” não é efeito de Pedro, nem a percepção do mundo “por Paulo” um efeito de Paulo, mas em cada uma deles um feito de consciências pré-pessoais cuja comunicação não representa problema, sendo exigida pela própria definição da consciência, do sentido ou da verdade.

Por meio da atitude fenomenológica é possível alcançar a consciência transcendental, resíduo em que a própria existência humana preserva-se intacta ao longo da história. Mas, para isto, é necessário realizar a *redução transcendental*. Esta permite, conforme Husserl, deslumbrar a experiência absoluta, ou seja, acessar o ego (subjetividade) transcendental, possibilitando que o contato imediato com a coisa – que se apresenta para a consciência – ocorra em sua evidência originária.

Nessa perspectiva, não mais se possui um mundo real e externo ao sujeito, mas, apenas, a consciência dele. Mundo passa a ser visto como unidade de sentido, e não mais como realidade objetiva e natural, apresentando-se como aquilo mesmo em “que nós nos representamos, não como homens ou como sujeitos empíricos, mas enquanto somos todos uma única luz e enquanto participamos do Uno sem dividi-lo” (Merleau-Ponty, 2006, p. 7).

A fenomenologia transcendental direciona-se, a partir dessa compreensão, para o ego transcendental, colocando-o no centro do estudo

fenomenológico. Compreende o ego puro (transcendental) como suporte das vivências da consciência, imprescindível ao processo de conhecer. Sendo na esfera da intersubjetividade que apodicidade e universalidade do conhecimento são garantidas, uma vez que, o campo da experiência intersubjetiva possibilita alcançar o verdadeiro conhecimento – aquilo que é previamente válido como tal para todos.

Será no próprio reconhecimento de si que se confirmará a existência de outros corpos alheios, ou seja, a existência de uma outra vida transcendental distinta. O campo da intersubjetividade transcendental engloba uma pluralidade de seres “em-si e para-si” que só são dados a um ego (eu) por meio da alteridade, de um alterego. A síntese de todos estes eus em recíproca autoapercepção é que permite chegar à compreensão do que constitui a natureza (mundo) para todos em comum, e é em tal campo que o mundo se revela como validade objetiva para todos (Zilles, 2008).

Para isto, também, submete o mundo à redução, eliminando toda e qualquer concepção naturalista-cientificista e recupera o mundo tal como vivenciado pela consciência transcendental. Pois, “buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em idéia, uma vez que tenhamos reduzido a tema de discurso, é buscar aquilo que de fato ele é para nós antes de qualquer tematização” (Merleau-Ponty, 2006, p. 13).

Esse mundo não tematizado (pré-reflexivo), Husserl chama de mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e o opõe ao mundo natural-cientificista, que existe externo e separadamente do sujeito, sendo válido enquanto quantificável e mensurável. Para Husserl, o mundo científico constitui em um empobrecimento da realidade do mundo-da-vida, apresentando-se como interpretação de uma cosmovisão ou ideologia, que, por sua vez, funda-se no mundo pré-científico (não tematizado). O *lebenswelt*, o mundo circundante vital, revela-se, pois, como a fonte que dá sentido ao agir e ao ser, é o terreno da atividade sobre o qual as perguntas e os métodos de pensar adquirem um sentido (Husserl, 2008).

Husserl, com isso, busca regressar ao mundo que se constitui como a origem de todas as experiências correlatas à subjetividade transcendental, resgatando o “a priori concreto”, do qual emerge todo o saber originário, que possibilita provar que a razão constitui-se vivencialmente antes do saber científico (Goto, 2008). Esta subjetividade fundadora é compreendida como histórica, sendo a consciência o lugar de formação desta, e o sujeito um ser histórico e temporal. Nesta

direção, a fenomenologia torna-se um método generativo que, além de investigar como a consciência e o objeto se constituem, descreve como as estruturas históricas e interpessoais ganham sentido para a humanidade.

Assim, após tudo que foi visto, pode-se destacar que Fenomenologia revela-se, conforme Merleau-Ponty (2006, p. 1), como “o estudo das essências”:

Mas é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vivididos”. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer.

A fenomenologia husserliana apresenta-se, pois, antes de tudo, como uma atitude ou postura filosófica e só depois como um movimento com métodos próprios. Neste sentido, o autor supracitado, afirma que ela deve empregar a si mesmo a interrogação que dirige a todos os conhecimentos, constituindo-se em uma meditação infinita. Deste modo, afirma que “o inacabamento da fenomenologia e o seu andar incoativo não são o signo de um fracasso, eles eram inevitáveis porque a fenomenologia tem como tarefa revelar o mistério do mundo e o mistério da razão” (p.20).

2.1.1 Psicologia Fenomenológica (*Eidética*)

Conforme Husserl, no final do século XIX, início do XX, a ciência encontra-se definitivamente subordinada ao modelo naturalista-objetivista, que estabelece métodos seguros e regulares para a investigação do conhecimento, submetendo-o à previsibilidade e ao controle. O positivismo firma-se como o único modelo capaz de guiar um conhecimento científico (verdadeiro) e as ciências, até mesmo as do espírito (humanas, sociais), deveriam submeter-se às leis, métodos e pressupostos das ciências da natureza.

Foi, neste contexto, que a Psicologia emancipou-se como ciência e tornou-se uma área singular do conhecimento, voltada para o estudo dos fenômenos psicológicos e, posteriormente, do comportamento. Tal emancipação da Psicologia

se dá com Wundt em 1879, quando este inaugura o primeiro laboratório experimental de Psicologia, em Leipzig.

Essa ciência, que nascia, tornou-se objetiva tanto em seu método quanto na sua concepção do psíquico, uma vez que adere ao modelo científico-naturalista hegemônico da época, sem construir bases epistemológicas que lhe sejam próprias. Nesta direção, a Psicologia consolida-se como uma ciência empírica dos fatos psicológicos, que se destina a quantificar, verificar e prever tais fatos. Tal concepção busca “a ordem natural e comportamental dos fenômenos psicológicos e” parte “do pressuposto de que existe uma ‘verdade’ que pode ser indicada por evidência e demonstrações, confirmando, assim, a predominância do método científico” (Barreto & Morato, 2009, p. 42).

Mas, o próprio Wundt, ao delimitar o objetivo da Psicologia Experimental, aponta para a existência de duas Psicologias: uma voltada para o estudo dos fatos psicológicos mensuráveis (Psicologia Experimental) e outra para os estudos das experiências internas (especulativa – reflexiva). Todavia, foi a primeira, ao privilegiar o modelo e método positivista, que se destacou. Essa Psicologia, na compreensão de Husserl (2008, p.84), ao subordinar-se ao objetivismo e ao naturalismo próprios do modelo positivista, “não consegue incluir em seu tema de reflexão a alma, ou seja, o eu, que age e sofre, em seu sentido mais próprio e mais essencial”, afastando-se, assim, de sua principal função, ao se distanciar das questões genuinamente humanas.

Em oposição a essa compreensão que sustenta a Psicologia Experimental, no fim do século XIX, pensadores como William James e Bergson, precursores de alguns psicólogos, propagam concepções bem diferentes do conhecimento. O primeiro marca sua presença pela “sua concepção heraclítica dos processos psicológicos definidos como expressivos de uma ‘corrente da consciência’”, e o segundo com “o conceito de élan vital e com a tese da impossibilidade da medida, tal como se praticava no final do século XX” (Penna, 2001, p.62). Mas, é a Brentano que devemos as contribuições mais significativas para as mudanças no panorama da Psicologia – ele retoma “o conceito de intencionalidade como característica essencial dos fenômenos” psicológicos e propõe “uma reclassificação dos fenômenos psíquicos, distinguindo-os, de acordo com o princípio da intencionalidade, em representação, juízo e amor e ódio” (p.63).

Outro pensador importante nesse processo é Dilthey, um dos maiores cientistas do espírito, que “dedicou toda a energia de sua vida ao esclarecimento das relações entre a natureza e o espírito” (Husserl, 2008, p.85). Ele ressalta a diferença existente entre as ciências da natureza e as do espírito (humanas): a primeira estuda os objetos simplesmente-dados, que podem ser explicados mediante os princípios da causalidade; e a segunda compreende que os fatos surgem originariamente do interior e possuem conexões com o vivente, voltando-se para tentar compreender a vida psicológica (interna), que não pode ser explicada, mas tão somente descrita. Nesta direção, Dilthey contribui para a construção de uma Psicologia Descritiva que complementaria a Experimental.

Mas, conforme Husserl (2008, p. 85), mesmo os novos psicólogos, que partiram desta compreensão do conhecimento, “permaneceram vítimas do objetivismo”. E acrescenta que:

a situação nunca melhorará enquanto não se colocar em evidência a ingenuidade do objetivismo, surgido de uma atitude natural em relação ao mundo circundante e não se estiver convencido da absurdidade da concepção dualista do mundo, segundo a qual natureza e espírito devem ser consideradas como realidades de sentido homogêneo, embora uma edificada sobre a outra de maneira causal. Julgo, com toda a seriedade, que nunca existiu nem existirá uma ciência objetiva acerca do espírito (...), objetiva no sentido de atribuir às almas, às comunidades pessoais, uma inexistência, submetendo-as às formas espaço-temporais (p. 85).

Foi buscando superar tal dicotomia subjetivismo x objetivismo que Husserl fala da possibilidade de uma Psicologia Fenomenológica (*Eidética*). Sobre isto, Merleau-Ponty (2006) destaca que a principal contribuição da fenomenologia foi unir o extremo subjetivismo ao extremo objetivismo em sua noção de mundo e da racionalidade. Racionalidade, aqui, não corresponde à proposta pela metafísica, “que era um naturalismo absurdo e incapaz de compreender os problemas do espírito” (Husserl, 2008, p.87). Mas, trata-se de uma compreensão universal e “radical de si do espírito, na forma de uma ciência universal responsável, na qual se instaura um modo completamente novo de cientificidade, na qual tem seu lugar todas as questões do ser, da norma e do que se designa como existência” (p. 87).

Assim, Husserl aponta para a necessidade de repensar e reconduzir a Psicologia às questões essenciais da existência humana, o que só seria possível via atitude fenomenológica. Assim, a Psicologia superaria os problemas epistemológicos que a constituem desde sua emancipação como Ciência.

A Psicologia Fenomenológica, como viabilizada por Husserl, apresenta-se como uma ciência universal do seres humanos, que busca a descrição da vida intencional pura, recuperando sua fonte originária intersubjetiva. O sujeito psicológico, nesta perspectiva, não se constitui a si mesmo, mas por intermédio do sujeito transcendental. Ou seja, o eu (cogito) não “é uma coisa isolada ao lado de outras coisas similares dentro de um mundo dado de antemão”, além disto, “a exterioridade e a justaposição dos eus pessoais cede lugar a uma relação íntima entre os seres que são um *no* outro e um *para* o outro” (p. 87 – *grifo do autor*).

Para tanto, impõe a redução psicológica (*eidética-fenomenológica*), ou seja, uma adesão voluntária a atitude fenomenológica, redirecionando, assim, as investigações psicológicas para aquilo que as competem verdadeiramente. Tal redução implica assumir uma atitude de eterno questionamento que coloca em suspensão o mundo físico-natural (científico), concebido na atitude ingênua (natural) do senso comum e das ciências empíricas. Ultrapassa-se o campo da experiência fatídica para acessar a experiência essencial (*eidética*).

Assim, a Psicologia Fenomenológica atribui, de antemão, ao psicólogo a aderência a uma *epoché* (redução) universal. O psicólogo deve assumir voluntariamente uma postura de suspensão em relação a todo e qualquer juízo, crença e valor prévio em relação ao seu cliente, colocando em xeque todas os pressupostos exercidos na relação sujeito e mundo objetivo, visando desvelar as vivências intencionais presentes na vida do seu cliente no mundo.

2.2 O pensamento filosófico de Heidegger

Heidegger aproxima-se da Fenomenologia de Husserl por encontrar nela outro caminho, diferente da metafísica, possível para pensar o ser, questão primordial de todo o seu pensamento.

Inicialmente, será abordado o pensamento filosófico de Heidegger – apresentado principalmente em sua célebre obra “Ser e Tempo” –, aproximando-se da compreensão de homem e mundo proposta pelo filósofo, que possibilita pensar uma ação clínica numa perspectiva fenomenológica existencial. Mas, antes, é importante compreender brevemente o modo de pensar metafísico, ao qual

Heidegger propõe uma desconstrução. O verbo desconstruir, aqui, não é sinônimo de negar ou destruir, uma vez que o próprio filósofo reconhece a metafísica como destinação do homem ocidental, mas significa reconduzir a questão do sentido do ser ao seu solo de origem, possibilitando outra compreensão, mais originária, do ser homem.

Não se trata, portanto, de provar o quão errada é a perspectiva da metafísica, mas o quão única e absoluta ela não é. Trata-se de uma ruptura da reificação da metafísica, de uma superação do equívoco sobre a soberania de sua perspectiva. (Critelli, 2007, p.12).

O paradigma metafísico, que funda o modo de pensar ocidental, tem suas raízes na expectativa de se criar um conhecimento seguro e inabalável, distanciando-se do modo de pensar originário que concebe o ser do real como totalidade, que engloba o ser e o não-ser. Para os primeiros pensadores (Heráclito, Parmênides, entre outros), hoje denominados de pré-socráticos, a verdade do ser era compreendida como *alethéia* – aquilo que se desvela a partir do seu ocultamento – e que só pode ser pensado “em profunda intimidade com o ser, concebido como *phýsis*” – vigor do real que possibilita que tudo brote, conserve (permaneça) e desapareça (Michelazzo, 1999, p30). Para eles, tudo o que “é”, nunca é sozinho (encerrado em si mesmo), mas está sempre em sintonia com a alteridade, ou seja, está junto a outra coisa com a qual tanto se opõe como se relaciona, constituindo, ao mesmo tempo, uma unidade (pertinência) e uma distinção. Nesta perspectiva,

a totalidade do real não é apenas o cenário luminoso e múltiplo das diferenças, onde os indivíduos (plantas, animais, homens, sentimentos) são únicos, singulares, mas também, é o mundo obscuro e estranho da identidade, no qual cada uma daquelas coisas ou indivíduos não são somente si mesmos, mas conectados a uma unidade parda, protetora e misteriosa. A luz da aurora gera, pela manhã, a singularidade, os indivíduos; e a luz do crepúsculo os recolhe e os indiferencia no seu ventre noturno. (Michelazzo, 2001, p.56)

Foi com tal compreensão do real que os pensadores originários tentaram superar outro modo de pensar – dos políticos, educadores, poetas, religiosos, mitos e cultos – da época, que acreditava ser capaz de sustentar um dos lados desta tensão do real, privilegiando aquela parte mais interessante e segura, a luminosa, em detrimento da obscura. Todavia, conforme ressalta o autor, aos poucos, esse desejo de uma luminosidade (segurança) que pudesse superar toda e qualquer sombra (obscuridade) foi enfraquecendo o vigor do pensamento originário. E é, neste contexto, que surgiram os sofistas – mestres da oratória e da retórica – que

contribuíram com a consolidação da democracia grega no século V. a.C. Estes “ensinavam que o conhecimento é relativo à experiência humana concreta e a verdade é apenas o resultado de nossas opiniões sobre coisas e do consenso que se forma em torno delas” (p.57). Este extremo relativismo dos sofistas, que concebe o ser dos entes como inefável, acelerou ainda mais o enfraquecimento do modo de pensar originário e redireciona o pensamento ocidental para o surgimento da metafísica, que possibilita uma aparente superação da “insegurança do existir”. A este respeito Critelli (2007, p.14) diz que:

A dificuldade da episteme metafísica em aceitar a relatividade da perspectiva e da verdade, levando-a a negá-las, está já na origem mesma de seu nascimento: a perplexidade diante da aparição, da mutabilidade e da degeneração dos entes sensíveis (Platão); e a insegurança emergente diante da descoberta dos sofistas de que, sendo o ser dos entes inefável, as coisas são o que se “bem” diz que elas são (oratória). A negação da relatividade da perspectiva e da verdade é aquilo mesmo que a constitui, a episteme metafísica.

Foi, pois, na tentativa de superar a “insegurança do existir” e buscando uma base segura para o conhecimento (o ser, a verdade), que Platão – o pai do pensamento metafísico – reduz o ser dos entes a noção de idéia, “aquilo que é visto nas coisas quando elas se apresentam” (Michelazzo, 2001, p. 58). Tal compreensão tem suas raízes na *phýsis*, mas trata apenas de uma parte do real, reduzindo-se àquilo que pode ser visto. Assim, ideia (ser) é concebida como a origem da verdade, que mantém as coisas em seu não-velamento constante, na simples-presença. A verdade (o ser) vincula-se a outra essência, compreendida agora como exatidão, apesar de ser representada em grego pela palavra *alétheia*.

Desse modo, na medida em que o ser vai sendo tomado como ideia, uma grande e fundamental mudança se instala no modo de pensar o real – instaura-se, assim, a cisão do real em dois mundos “distintos, inconciliáveis, dicotomizados e com leis próprias” (Michelazzo, 2001, p.58): o sensível que corresponde àquilo que é enganoso e impermanente, e como tal apresenta-se como simples imitação do real; e o suprassensível, o das ideias, lugar onde está a verdade do ser. Esta concepção coloca o homem no centro, na medida em que o pensamento é compreendido como a fonte para se chegar ao verdadeiro ser das coisas.

Esse modo de pensar – dicotômico e dualista – guiou toda a construção do pensamento ocidental, ultrapassando a época antiga e medieval e atingiu seu apogeu na Idade Moderna com Descartes. A partir deste período, o ser é compreendido como *res* (coisa), sendo o real dividido em *res cogitans* (*sub-jectum*),

que consiste na razão e no pensamento do homem, e *res extensa*, tudo aquilo que se encontra fora do homem. Foi a criação do sujeito cartesiano que definitivamente colocou o homem como centro do conhecimento (do real), ao sustentar que é o homem, por meio da razão e da representação, que fundará todo e qualquer conhecimento. Assim, a verdade (o real) passa a ser compreendido como aquilo que é determinado pelo sujeito a partir da aplicação de um método seguro e testável.

Todavia, para Heidegger, o modo de pensar metafísico, ao invés de investigar o ser, acaba por revelar o ente, afastando-se da pergunta originária sobre o ser do ente. Tal afastamento ocorre devido à imposição de uma falsa evidência, de um dogmatismo latente. Neste sentido, a metafísica responderá apenas à pergunta “o que o ser é”, esquecendo-se da “diferença ontológica” entre ser e ente e termina por definir o ser como simples-presença, resumindo-o àquilo que subsiste. Tal fato, Heidegger reconhece como sendo o grande equívoco da metafísica, pois não permite pensar adequadamente o fenômeno da vida e da história (Vattimo, 1996).

Heidegger afirma que apesar da noção de ser se constituir na mais universal de todas, é também a mais obscura, necessitando ser refletida. Nesta direção, a indefinibilidade do ser ao invés de dispensar a questão sobre o seu sentido, impõe-na. Pois, conforme o filósofo (2008, p.39), “vivemos sempre numa compreensão de ser e o sentido de ser está, ao mesmo tempo, envolto em obscuridade”, o que demonstra a necessidade de se indagar pelo seu sentido.

Heidegger propõe a volta ao pensamento dos pré-socráticos, tendo como ponto de partida a questão do ser, que, ao seu ver, revela-se como sendo a mais originária de todas as indagações filosóficas. Ao redirecioná-la na ordem de uma problematização mais rigorosa não a toma no molde da filosofia tradicional, mas pergunta pelo sentido do ser (Nascimento, 2010). Tal questão impõe que um ente específico seja submetido à análise, este ente é o homem, o único que, além de existir, é capaz de questionar e refletir sobre o sentido de ser.

Elaborar a questão do ser significa, portanto, tornar transparente um ente – que questiona – em seu ser. Como modo de ser de um ente, o questionar dessa questão se acha essencialmente determinado pelo que nela se questiona – pelo ser. Designamos com o termo *presença* esse ente que cada um de nós mesmo sempre somos e que, entre outras coisas, possui em seu ser a possibilidade de questionar (Heidegger, 2008, p.42 – *grifo do autor*).

Heidegger parte da análise existencial do homem em seu modo de ser mais comum e geral – o da cotidianidade mediana –, iniciando uma análise

preparatória do ser do homem, considerando-o como pura possibilidade, não caindo no risco de isolar uma destas possibilidades desvalorizando outras.

Ao ser do homem, Heidegger denomina de *Dasein*, que no português é traduzido por diversas expressões como ser-aí, poder-ser ou presença. Para Schuback (2008), que realiza a tradução de “Ser e Tempo” para o português, a ação de traduzir não remete apenas à adoção de uma palavra em outra língua, mas remete ao clareamento do próprio sentido. No entanto, nenhuma tradução será perfeita, não porque não é possível alcançar a perfeição original, mas sim porque não há um original perfeito, ou seja, pronto e acabado. A autora elege a expressão *presença* para designar o *Dasein*, embora alerte que o uso de tal termo possa ser complicado, uma vez que, erroneamente, pode ser tomado como sinônimo do modo da simples-presença (*Vorhandenheit*).

Entretanto, não se pode esquecer que o problema fundamental apresentado em “Ser e Tempo”, o qual Heidegger procura solucionar ao usar a terminologia *Dasein*, “é distinguir a vida fática do homem de um sentido de ser como ser simplesmente dado, isto é, como estrutura substancial e substantiva de” singularização (Schuback, 2008, p.25). Afasta-se, assim, da problemática metafísica e busca pensar o fenômeno da existência humana na sua facticidade.

Para o filósofo, a essência do homem, se é possível falar de essência, consiste em ser possibilidade, poder-ser, não tendo nada que o determine a priori. Neste sentido, ao mesmo tempo em que consiste em poder-ser, é também um nada. Tal compreensão implica no reconhecimento de que o modo de ser do homem é o da possibilidade e não da realidade, não podendo ser assim limitado ao modo da simples-presença, como acontece na metafísica, que só é possível devido ao fato do ser do homem constituir-se originariamente como poder-ser. Todavia, é importante que fique claro que a compreensão de possibilidade adotada por Heidegger não diz respeito a propriedades anteriormente existentes no homem, como potencialidades a serem desenvolvidas, mas se refere à estrutura ontológica, condição de existir, do *Dasein*.

Dizer que o ser do homem é poder-ser equivale a compreender a vida humana como existência, enquanto abertura. Tal existência consiste em ser o aí do ser, pois o ser compreende-se e realiza-se sendo, ou seja, por mais possibilidades ônticas (concretas) que consiga realizar enquanto existente, ele não deixa de constituir-se como poder-ser. Será a existência, como propriamente humana

(possibilidade de ser), que diferenciara e especificara o ser do homem do das coisas. Apenas o *Dasein* existe, na medida em que o seu ser esta sempre em jogo, ultrapassando a realidade presente na direcao da possibilidade enquanto projeto. Desse modo, existencia, como condicao ontologica do ser homem, deve ser compreendida no sentido etimologico do termo *ex-sistere*, "estar fora, ultrapassar a realidade simplesmente presente na direcao da possibilidade" (Vattimo, 1996, p.25).

Heidegger denomina de existenciais as condicoes ontologicas desveladas na analitica existencial. Tais existenciais, diferentemente das definicoes metafisicas, nao devem ser compreendidos como propriedades ou estruturas que determinam o ser do homem, mas apenas como possibilidades ontologicas do modo de ser deste.

A analitica existencial, num primeiro momento, revela a nocao do ser do homem enquanto poder-ser (possibilidade); todavia, indo alem desta, encontra-se a compreensao de ser-no-mundo. E esta compreensao que efetuará tal analitica, pois o poder-ser realiza-se concretamente em um espaco e um tempo, conforme Vattimo (1996, p.26) expoe:

O ser do homem consiste em estar referido a possibilidades; mas concretamente este referir-se efetua-se não num colóquio abstrato consigo mesmo, mas como existir concretamente num mundo de coisas e de outras pessoas. O modo de ser médio e cotidiano do homem, de que decidimos partir, apresenta-se, antes de mais, como ser-no-mundo.

Assim, ser-aí (*Dasein*), existencia e ser-no-mundo são sinônimos e indicam que o ser do homem está situado de forma dinâmica em um mundo no modo do poder-ser. A expressão ser-no-mundo não significa dizer que o homem é dentro de um mundo, mas que ele existencialmente consiste em ser-em. Nesta concepção, homem e mundo não correspondem a entes extensos que se opõem, mas são co-originários. Mundo corresponde, pois, a uma característica originária do próprio ser-aí e, neste sentido, apenas o *Dasein* possui um mundo, os demais entes intramundanos (entes circundantes ao *Dasein*) estão no mundo, à disposição.

A respeito dos entes intramundanos, a analitica existencial revela que o modo de ser originário destes entes no encontro com o ser-aí é o da instrumentalidade e não o da simples-presença. Pois, antes de serem coisas (res, substancialidade), os entes intramundanos são instrumentos (*Zeug*). Assim, sua "prestabilidade" (*Zuhandenheit*), ou, em geral, seu significado em relação a nossa vida não é algo que se adicione à "objetividade" das coisas, mas é o seu modo de dar-se mais originário. No entanto, concebê-los como instrumentos não corresponde

a “dizer que sejam todos meios que empreguemos efetivamente”, mas sim que tais entes sempre vêm ao nosso encontro, “antes de mais, dotados de certo significados” que estão relacionados “à nossa vida e aos nossos fins” (Vattimo, 1996, p.28), o que nos remete ao ser-no-mundo enquanto ser-em e ser-com.

Tal compreensão coloca em xeque o próprio conceito de realidade como simples-presença. Pois, se a metafísica concebe a verdade (realidade) como sendo aquilo que se dá objetivamente a partir de um olhar específico, que genuinamente corresponde ao das ciências, tal compreensão desvela que o modo mais originário das coisas se apresentarem a nossa experiência é o da instrumentalidade e como tal não é objeto independente, estão sempre em função de um para. Assim, abre-se a possibilidade de compreender a própria objetividade das coisas como sendo apenas um modo particular da instrumentalidade se apresentar, ou seja, como um modo derivado da prestabilidade e da instrumentalidade. Assim, fica claro que o modo da simples-presença além de ser inadequado para pensar o ser do homem é apenas um modo parcial e secundário dos entes intramundanos.

Contudo, mundo, aqui, corresponde à possibilidade ontológica para que as coisas-instrumentos se apresentem. E enquanto teia de sentido (totalidade de instrumentos) está originariamente primeiro do que as coisas-instrumentos; mundo só se revela na medida em que existe alguém para quem os instrumentos tenham sentido, utilidade. Assim, para Heidegger “não há mundo, se não existe o *Dasein*”, mas “por sua vez, o estar-aí não é senão enquanto ser-no-mundo”, assim “a mundanidade do mundo funda-se apenas na base do ser-aí e não vice-versa” (Vattimo, 1996, p.30). Nesta direção, o modo de ser originário das coisas constitui-se apenas como possibilidade de pertencer a essa totalidade de instrumento que é o mundo.

A análise da mundanidade do mundo se revelará nas estruturas existenciais do *Dasein* que se constitui existencialmente em ser compreensão (*Verstehen*) e disposição afetiva (*Befindlichkeit*). Conforme enuncia Torres (1999, p.150) “é sendo que ele se abre para si mesmo”, e será a partir de tal abertura que ele compreenderá a si mesmo, os outros e o mundo.

O mundo só se apresenta na medida em que o *Dasein* já tem sempre uma pré-compreensão, ou seja, que antes de qualquer experiência, ontologicamente ele já possui um horizonte (uma pré-compreensão) que possibilita o encontro com os demais entes, com o mundo e os outros. Isto, por sua vez, não implica dizer que o

ser-aí tem, desde o princípio, um conhecimento completo e imutável do mundo, pois mesmo esta pré-compreensão é um simples pro-jeto – uma espécie de guia, não definido aprioristicamente, que está sempre sujeito a modificações e transformações (Vattimo, 1996). O ser-aí, enquanto já-ser-situado-junto-ao-mundo, já nasce em um mundo que lhe é familiar, ou seja, numa tradição, cultura, época, conjuntura, que possibilita pré-compreensões acerca do mundo, como possibilidades interpretativas de desvelamento ou não de sentido.

Nessa perspectiva, o conhecimento não corresponde a um ir do sujeito para o objeto ou vice-versa, mas apresenta-se como articulação de pré-compreensões em que as coisas já estão descobertas, fazem parte da teia de nexos do *Dasein*. Conforme Heidegger (2008, p.209), na compreensão, o *Dasein* “projeta seu ser para possibilidades. (...) O projetar inerente ao compreender possui a possibilidade de se elaborar em formas”. Tal elaboração, Heidegger denomina de interpretação (*Auslegung*). Contudo, o conhecimento, como interpretação, “não é o desenvolvimento e articulação das fantasias que o *Dasein*, como sujeito individual possa ter sobre o mundo, mas sim a elaboração da constitutiva e originária *relação com o mundo* que o constitui” (Vattimo, 1996, p.36 – *grifo do autor*). Assim, toda compreensão, interpretação do mundo, só é possível na medida em que o ser-aí já tem uma pré-compreensão enquanto ser-no-mundo-com-os-outros.

Toda compreensão, para Heidegger (2008), é sempre originariamente dotada por uma tonalidade afetiva. Esta, por sua vez, não corresponde a um estado da alma, mas, antes de tudo, “*abre a presença em seu ser-lançado*”, apesar de “*na maior parte das vezes*”, esta abertura se dá, “antes de tudo, *segundo o modo de um desvio que se esquivava*” (p.195 – *grifo do autor*), ao buscar tamponar a angústia originária. Este existencial possibilita ao ser-aí uma primeira compreensão do mundo, que não se dá via cognição, mas antes pela experiencição. Neste sentido, Vattimo (1996) afirma que o *Dasein* nunca se apresenta como um espectador desinteressado das coisas e dos seus significados, pois seu projetar-se é sempre tendencioso, o ser-no-mundo é sempre afetado por aquilo que lhe vem ao encontro.

A disposição afetiva, ao abrir o ser-aí para o encontro com o mundo, defronta-o com a possibilidade de um dia não mais estar-no-mundo-com-os-outros. Assim, o *Dasein*, apesar de ser o que abre e funda o mundo, é ser-finito, lançando em um mundo que lhe é inóspito, tendo como tarefa originária “cuidar de ser”. Esta

abertura que o lança no mundo, Heidegger chama de facticidade (*Faktizität*). Contudo, o pré que se revela no círculo compreensivo, que apresenta o conhecimento como sendo a articulação de “uma pré-compreensão em que o estar-aí já se encontra sempre, é apenas a finitude constitutiva do *Dasein*” (Vattimo, 1996, p.42).

O ser-aí – como poder-ser finito – encontra-se no mundo sempre no modo da impropriedade ou da propriedade, “mesmo quando existe uma diferença modal para com esses” (Heidegger, 2008, p.98). Estes modos de ser constitutivos do *Dasein* são co-originários, pois o ser do homem, enquanto poder-ser, pode escolher conquistar-se ou perder-ser.

Na impropriedade, o *Dasein* compreende a si e ao mundo de forma irrefletida e acrítica, tomando-se sob domínio “da gente”. O ser do homem, aqui, compreende-se à luz de ideias, compreensões, pertencentes ao ambiente social em que vive, não se assumindo como poder-ser autêntico, enquanto pura possibilidade. Agarra-se em um fundo falso, em pseudoverdades, buscando distanciar-se da estranheza, própria da sua condição de poder-ser, que nada o determina a priori. Busca, de qualquer forma, fugir da angústia ontológica – existencial que o abre para a estranheza e assim o redireciona para “o *ser-livre* para a liberdade de escolher e acolher a si” mesmo (Heidegger, 2008, p.254). Ao invés da apropriação originária das coisas, o que acontece é a repetição daquilo que já foi dito e feito. Neste modo de ser, o *Dasein* tende para a decadência, para o encobrimento de suas possibilidades, do seu pode-ser, tamponando o rompimento da angústia originária. Na decadência o ser-aí se compreende a partir do que faz – do seu ser-junto às coisas –, afastando-se da sua condição ontológica de poder-ser.

O discurso na impropriedade, Heidegger denomina de falatório (*Geredel*); nele o ser-aí não se reconhece, sendo sua fala desenraizada. A este respeito, Dubois (2004) afirma que o mundo passa a ser visto como uma tele-visão. Nesta, fala-se de tudo e, especialmente, das coisas com que não se tem uma ligação direta, não há uma apropriação, na medida em que tudo é tomado irrefletidamente como já sabido.

A apropriação se apresenta apenas no modo de ser da autenticidade, pois o “verdadeiro” conhecimento só ocorre na medida em que faz parte da experiência do ser-aí. Tal experienciar não corresponde ao encontro do objeto com um sujeito, mas implica, de forma mais radical, incluir os instrumentos (as coisas) no

projeto de existência. O ser-aí sob o domínio “da gente” não se apresenta como um projetar-se próprio. Pois “as coisas são instrumentos” e estes são unicamente no projeto, o que implica “uma escolha e uma decisão de projetar[-se], só num projeto assim concretamente querido as coisas são verdadeiramente o que são”. (Vattimo, 1996, p.48).

A escolha deliberada de projetar-se implica, por sua vez, que o ser-aí assuma responsabilidades, compreendendo-se como ser-lançado e finito em que seu ser está sempre em jogo na tarefa de cuidar de ser-no-mundo-com-os-outros. Isto não implica considerar o modo de ser da propriedade como sendo uma condição moralmente melhor, pois os modos de ser constitutivos do ser-aí não são estágios do desenvolvimento humano, em que um deve ser superado visando-se atingir o outro.

Nessa direção, o ser-no-mundo-com-os-outros é compreendido por Heidegger como Cuidado (*Sorge*), o que implica que o ser-no-mundo, enquanto existência, esta-no-mundo-cuidando-de-ser. A analítica existencial revela dois modos de ser-junto-no-mundo próprios ao ser do homem, o modo de ser da ocupação (ser-junto), aquele no qual o *Dasein* encontra-se junto aos entes intramundanos e o modo da preocupação (ser-com), o estar com os outros não assumindo por ele o seu cuidado de ser. O cuidado no modo que se desvela na cotidianidade, todavia, nos leva, ainda, à descoberta das estruturas autênticas da existência.

O *Dasein* não está sempre no modo da possibilidade, na medida em que um dia não mais estará-no-mundo, está “pré-determinado” por seu fim, constitui-se em um ser-para-a-morte. Esta seria, para Heidegger, a possibilidade mais autêntica e da qual o ser-aí não pode escapar, é a mais própria, irremissível, insuperável e certa das possibilidades do *Dasein*. A morte, longe de fechá-lo, o abre às suas possibilidades mais próprias ao assumir-se como ser-para-morte. Tal reconhecimento implica uma antecipação, que não significa um pensar na morte, mas equivale à aceitação de que nenhuma possibilidade concreta, apresentada pela vida, é definitiva, toda possibilidade constitui-se apenas em ser pura possibilidade. Ao assumir tal condição, o *Dasein* não se cristaliza, mas projeta-se para além das possibilidades ônticas realizadas, permanecendo continuamente na abertura. Nesta direção, Heidegger (2008, p. 341) afirma:

A presença é propriamente ela mesma, apenas à medida que, enquanto ser-junto a... na ocupação e ser-com... na preocupação, ela se projeta primeiramente para o seu poder-ser mais próprio e não para a possibilidade do impessoalmente-si-mesmo. O antecipar da possibilidade irremissível obriga o ente que assim antecipa a possibilidade de assumir seu próprio ser a partir de si mesmo e para si mesmo.

A antecipação da morte reconduz o *Dasein* a uma existência mais própria (autêntica), na medida em que o ser do homem reconhece-se como “cuidado de ser” si mesmo. Implica em uma suspensão, momentânea, da adesão às possibilidades determinadas no modo da cotidianidade, projetando-se para a realização das suas próprias possibilidades (aquelas que diante da morte tornam-se indispensáveis ao poder-ser). Todavia, antecipar a morte, não implica renunciar às possibilidades concretas, desveladas pela vida, mas a suspensão das adesões irrefletidas aos interesses intramundanos em que estamos dispersos.

Para Heidegger, o fenômeno que chama o *Dasein* a ser – a assumir-se enquanto poder-ser – constitui-se naquele que comumente denominamos, onticamente, de “voz da consciência”. Esta se limita a clamar ao *Dasein* a ser si mesmo, no entanto não ordena que ele faça isso ou aquilo, não indica conteúdos expressivos que devem ser realizados, apenas solicita-o a assumir uma possibilidade concreta. Visto que o ser-aí se encontra sempre na dispersão e na autenticidade, a “voz da consciência” remete o *Dasein* a uma culpabilidade originária, que não é posterior a nenhuma culpa, mas sim, à condição de possibilidade de qualquer culpa (Vattimo, 1996). O poder-ser implica não ser possível realizar todas as possibilidades que constitui o *Dasein*, já que se encontra sempre em débito com o seu poder-ser, na medida em que só algumas possibilidades vão se concretizando.

A “voz da consciência” escuta-se na medida em que se responde, ou seja, que o ser-aí se distancia do anonimato, decidindo-se, faticamente, pelo que lhe é mais próprio. Tal decisão implica que as possibilidades que o *Dasein* realiza concretamente sejam escolhidas como próprias, assumindo-as como possibilidades verdadeiras diante da morte.

A noção de antecipação está associada à compreensão de temporalidade, apresentada por Heidegger, que rompe com a compreensão tradicional do tempo, que naturaliza o *Dasein* e o concebe como sucessões de agoras, como simples-presença. Para o filósofo, o tempo constitui-se em uma

condição ontológica do *Dasein*, que está-no-mundo sempre se projetado, orientado-se para um quê, e ao mesmo tempo em que se projeta se presentifica e se retém. O tempo constitui-se em uma tríplice unidade: passado, presente e futuro, que não são sucessões lineares de agoras, mas se apresentam, antes de tudo, como co-pertinentes. A este respeito Heidegger (2009, p.100 – *grifo do autor*) afirma que:

No ter tempo para algo, estou orientado ao para quê, àquilo que é para ser feito, ao que está à frente. Eu aguardo, mas de modo que, ao mesmo tempo, ainda permaneço junto com o que me é presente, que eu torno presente, além disso, propositadamente ou não, eu retenho ao mesmo tempo aquilo que acabava de me ocupar antes. Neste caso, tenho o tempo que eu tenho de modo que eu sou *aguardado* (*gewärtigend*), *tornando presente* (*gegenwärtigend*), *retendo* (*behaltend*). Esta maneira tripla em que sou é o ter do tempo para isto ou aquilo. Este ter, ou seja, o *aguardar*, *tornar presente*, *reter* é o próprio temporal. O ter no ter tempo não é uma relação indiferenciada com o tempo como objeto. É, antes, o temporal na medida em que se temporaliza nele aquilo que chamamos *morada* do homem.

2.2.1 Uma clínica psicológica na perspectiva Fenomenológica Existencial

A Psicologia Existencial para Penna (1997) apresenta-se como uma das perspectivas epistemológicas possíveis para os estudos psicológicos com métodos e conceitos, estando fundada na ontologia do ser de Heidegger, exposta em “Ser e Tempo”. No entanto, para efeito de nosso estudo, serão utilizadas as denominações *Daseinsanalyse*, análise do *Dasein* ou, simplesmente a expressão clínica psicológica na perspectiva fenomenológica existencial. Isto porque o termo *Daseinsanalyse* foi utilizado, pela primeira vez, por Heidegger em “Ser e Tempo” e adotado por Boss para denominar a ação clínica psicoterápica que se sustenta em tal ontologia.

Ao longo deste subcapítulo, será realizada uma breve contextualização de como o pensamento fenomenológico influenciou a psiquiatria, a psicopatologia e, principalmente, como a fenomenologia existencial de cunho heideggeriano possibilitou a indicação de uma clínica psicológica, ou melhor, o aparecimento da *Daseinsanalyse* delineada por Medard Boss, com apoio fornecido por Heidegger, nos Seminários de Zollikon. É importante deixar claro que a clínica psicológica, na perspectiva fenomenológica existencial, não se constitui em uma metapsicologia ou em outra escola (teoria) psicológica. Parte da compreensão factica da existência do ser homem, que implica o reconhecimento da singularização de cada modo de ser homem enquanto ser-no-mundo. Deste modo, ficará claro que, diferentemente do

que pensam os críticos, a *Daseinsanalyse* não consiste na pura e simples aplicação da Filosofia ao campo da Psicologia. Nesta perspectiva, a ação do psicólogo diz respeito ao ôntico – ao acontecimento concreto da vida do cliente –; todavia a compreensão de ser e de mundo funda-se na ontologia do ser de Heidegger, sendo assim, pode-se dizer que a ação clínica transita entre o ôntico e o ontológico.

A fenomenologia adentrou na Psiquiatria e na Psicopatologia por intermédio do psiquiatra Karl Jaspers (1883 – 1969). Este utilizou o método fenomenológico husserliano e, a partir desta perspectiva, possibilitou uma compreensão e descrição dos estados psíquicos vividos por pacientes, construindo uma psicopatologia de base fenomenológica. Outro psiquiatra bastante conhecido e importante nesta linha do pensamento é Ludwig Binswanger (1881-1966). Este recebeu influência de Husserl e contribuiu para a compreensão e descrição dos estados da consciência, principalmente, no que se referem à esquizofrenia, modos de ser-no-mundo que denomina de malogrados ou fracassados. Binswanger também foi influenciado pela ontologia fundamental de Heidegger e, após alguns estudos, (re)conduziu seus trabalhos para fenomenologia husserliana, depois das críticas realizadas pelo próprio Heidegger à sua compreensão da analítica existencial. Mas, apesar das críticas, seus estudos aproximaram outros psiquiatras e psicanalistas da analítica existencial de Heidegger, entre estes, destaca-se Medard Boss (1903 – 1990), a quem devemos o início da *Daseinsanalyse* como clínica psicológica (Barreto & Morato, 2009).

Boss, diferentemente de Binswanger, aproxima-se da ontologia do ser de Heidegger motivado por preocupações terapêuticas e não devido a um “impulso puramente científico”. Pois, segundo ele próprio (1997), a princípio, não se aproxima dos estudos da *Daseinsanalyse* por livre vontade, mas movido pela incredibilidade de seus pacientes em relação as suas interpretações, principalmente, no que se referia aos sonhos. Foi, pois, como afirmam Barreto e Morato (2009, p.47), a insuficiência de sua teoria em sua prática que o conduziu para um “questionamento crítico das teorias psicológicas e psiquiátricas que mantinham os fundamentos da ciência da natureza, buscando encontrar, na ontologia heideggeriana, possibilidades mais adequadas para compreender o acontecer humano”.

Motivado por tal sentimento e com a leitura inacabada de “Ser e Tempo” – obra que inicialmente reconhece nada ter compreendido, mas percebido que algo nela fazia sentido – aproxima-se da fenomenologia existencial de Heidegger. Envia

ao filósofo uma carta solicitando maiores informações acerca de seu pensamento, com quem sustenta, posteriormente, uma longa relação pessoal e profissional. Heidegger respondeu imediatamente a esta, reconhecendo, depois, que tivera tal gesto por nutrir grandes expectativas em manter contato com um médico que aparentava compreender seu pensamento. Assim, percebia nessa oportunidade, a possibilidade “de que seus *insights* filosóficos não ficassem limitados às salas dos filósofos, mas pudessem beneficiar um número maior de pessoas e, principalmente, pessoas necessitadas de ajuda” (Boss, 2009, p.13).

A partir de tal amizade, Heidegger compromete-se em ministrar alguns seminários, que, posteriormente, foram editados por Boss e revisados pelo próprio filósofo, dando, assim, origem à coletânea denominada de “Seminários de Zollikon”. Tais encontros contavam com a participação de Boss, de companheiros de profissão do psiquiatra e de muitos alunos daquele, contendo em média cinquenta a setenta pessoas. Para Boss e Condrau (1997), esses seminários possibilitaram o enriquecimento da psicopatologia e novos caminhos para a Psiquiatria e para a própria Psicologia, desvinculando-as de reflexões que partem da dicotomia sujeito-objeto.

Nesses encontros, Heidegger enfatizava que, para compreender seu pensamento era necessário romper com o modo de pensar tradicional, possibilitando o desvelamento de outra maneira de pensar, já conhecida pelos gregos antigos (pelos pré-socráticos). Tal compreensão implica em uma recondução para o modo de pensar originário, sendo imprescindível romper com toda e qualquer representação encapsulante e objetivante apresentado e nutrido pela Psicologia e pela Psicopatologia até os dias atuais, como: sujeito, *psiquê*, pessoa, eu, consciência (Heidegger, 2009). Deve-se, pois, tomar o ser do homem como *Dasein*, ser-no-mundo que, enquanto tal, não corresponde a uma substância fixa e imutável em-si.

O ser homem constitui-se, pois, enquanto poder-ser-em-um-mundo-junto-e-com-os-outros, visto que, mundo e homem são co-originários. Não são apenas entes que se relacionam intencionalmente, mas, antes disso, só é possível ao ser do homem constituir-se como ser-no-mundo, ou seja, existir, desde sempre, em um mundo que lhe é inóspito. Por outro lado, só é possível falar de mundo na medida em que este se apresenta como teia de sentido que se desvela na clareira, no *Dasein*. A expressão clareira é compreendida como o estar-aberto constitutivo do

Dasein e não tem relação com luz, já que a clareira pode existir mesmo na escuridão.

Na medida em que o ser-aí não corresponde a uma substância já definida e determinada, também, não se constitui como sucessões de fatos, agindo sempre a partir de motivações e não por um efeito causal (causa-efeito). Na motivação, há a liberdade de escolha, o que implica certa pré-compreensão da situação como tal. O motivo não é limitante, mas coloca o ser-aí diante da sua condição de poder-escolher, leva-o a interrogar-se e a agir. Nesta direção, pode-se dizer que a ação do ser homem dá-se sempre motivada por uma determinada compreensão que o *Dasein* tem acerca dela, a partir de uma afinação ou disposição afetiva.

A partir de tais compreensões, Boss aponta a necessidade de novas reflexões e questionamentos para o campo da Psicologia, da Psiquiatria e da Psicopatologia.

... para nós psicoterapeutas, nada se apresenta mais urgente, do que desistir de uma vez por todas, e com toda sinceridade, de sempre decompor o ser humano com a ajuda de teorias psicológicas. Antes, trata-se de recuperar o devido respeito diante da autenticidade e originalidade dada de cada fenômeno humano. Temos que permitir que exista o que se manifesta como aquilo que ele mesmo revela (Boss, 1977, p. 25).

Nessa direção, Barreto e Morato (2009) indicam que é fundamental que o psicoterapeuta *Daseinsanalytico* assuma uma atitude que não tente explicar a priori os fenômenos psicológicos, renunciando, assim, ao pensamento analítico e às tentativas de prever e controlar os fenômenos humanos conforme leis determinadas aprioristicamente.

Boss abre a possibilidade de construir uma clínica investigativa, que busca interrogar o próprio fenômeno humano, partindo de sua condição ontológica como ser-no-mundo-junto-e-com-os-outros. Inaugura, desta forma, “uma prática psicoterápica que buscaria levar o cliente a participar da compreensão da sua condição humana básica numa relação em que o terapeuta, por uma ‘ação de cuidado preocupada’, compreende a ‘essência’ singular de cada cliente” (Barreto & Morato, 2009, p.49). Para isto, a atitude fenomenológica mostra-se como um modo de ser que possibilita a aderência e a abertura ao fenômeno na sua singularidade.

Tal ação clínica parte da compreensão do cliente como ser-no-mundo, ou seja, da sua existência factica e singular, sem, todavia, tentar explicá-la a partir de teorias e/ ou pressupostos, previamente, determinados. Ela privilegia a experiência

singular do cliente na compreensão do fenômeno que se desvela, sendo importante que fique claro que o movimento de desvelamento e ocultação é próprio do aparecer do fenômeno. Isto exige do profissional assumir “uma atitude de abertura ao mundo que ampara e aguarda seu aparecimento” (Barreto & Morato, 2009, p.49), que, por sua vez, implica uma disposição para o acolhimento do inesperado, para a freqüente reinvenção da ação clínica e uma constante revisitação da perspectiva epistemológica que sustenta tal intervenção.

O fazer clínico, nessa perspectiva, constitui-se num processo de co-criação, no qual cliente e psicólogo se encontram na tentativa de compreender o modo de ser de um deles – do cliente –, que se dá por um aguardar que possibilita o desvelamento de sentido, na medida em que permite o rompimento do cotidianamente estabelecido. Tal acontecer, só é possível na medida em que o ser homem se reconhece como poder-ser, entregando-se ao cumprimento de sua tarefa inexorável de “cuidar-de-ser”.

Assim, a ação clínica compromete-se com o cuidado, com a pro-cura. Ou seja, constitui-se em uma ação em que o psicólogo disponibiliza-se para estar junto a seu cliente, facilitando o desvelamento de suas próprias possibilidades. Todavia, não se constitui em um ir do psicólogo ao cliente, pois não cabe ao psicólogo dizer ou conduzir seu cliente em direção desta ou daquela possibilidade, mas estar junto num aguardar que interroga, chamando-o a assumir seu cuidado por-si. Neste sentido, as autoras supracitadas (p. 50) afirmam que:

Acompanhar o cliente nesta passagem significa assumir a tarefa de tornar explícita, para o cliente, a posse do sentido de sua dor e das suas possibilidades negadas. Nessa compreensão, não há nenhum direcionamento, mas a quebra das habitualidades abre fissuras que são o fôlego de possíveis mudanças, transformando o acontecer clínico em experiência em ação [...].

Tal agir constitui-se em um aguardar que os fenômenos se desvelem, aceitando simplesmente aquilo que se mostra e, principalmente, tal como se desvela. Nesta direção, Boss (1997) compreende a ação clínica como um facilitador que pode ajudar o cliente a redirecionar-se, no sentido de assumir suas próprias possibilidades, concretizando-as sem, no entanto, prender-se definitivamente a nenhuma delas.

Boss (1997) afirma, ainda, que todo sintoma, seja os corporais ou os denominados psicológicos, é sempre uma restrição ao modo de ser do *Dasein*. Assim, o adoecimento ganha outra compreensão, constituindo-se como uma das

possibilidades pertencentes ao poder-ser e compreende o ser doente “como uma possível maneira de existir humana que pertence também como possibilidade a nós mesmos” (p.13). O ser-doente constitui-se em uma privação, na cristalização em um único modo de ser. Dessa forma, o psicólogo disponibiliza-se a acompanhar seu cliente no rompimento de seu modo de ser cotidiano e no desvelamento de outras formas de existir que lhes sejam mais próprias e que não estejam perdidas sobre o domínio “da gente”.

Assim, o psicólogo, que segue tal perspectiva, disponibiliza-se, cuidando para que seu cliente assuma seu cuidado por-si. Cuidar, aqui, não deve ser compreendido como enunciado pela linguagem comum, mas como um “clarear” que possibilita ao cliente o desvelamento de outras maneiras de existir, libertando-o, neste sentido. O clarear que liberta não é um acontecimento exclusivo à ação do psicólogo, mas será para tal conjuntura que a destinação para o desvelamento de novas possibilidades (de poder-ser) constitui o próprio sentido da ação (Cytronowicz, 1997).

3 CAMINHOS APONTADOS PELA PESQUISA: metodologia e interlocuções

Após uma breve contextualização da compreensão de prática psicológica, enfocando a modalidade do Psicodiagnóstico Interventivo e o delineamento de uma clínica Fenomenológica Existencial, denominada por Boss de *Daseinsanalyse*, será apresentado, a seguir, o caminho traçado na construção da presente pesquisa.

3.1 Percorrendo o caminho: estratégia metodológica

(...)

Não sabia que caminho tomar
Mas o vento soprava forte,
E segui o caminho para onde o vento me
soprava nas costas.

Assim tem sido sempre a minha vida, e assim
quero que possa ser sempre -

Vou onde o vento me leva e não me deixo
pensar. (Caeiro, *In Pessoa*, 2008, p. 160).

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. As investigações qualitativas surgiram como um movimento acadêmico de reação à filosofia positivista, que privilegiava fundamentalmente os métodos quantitativos que buscam prever, controlar e universalizar os resultados encontrados. Estas pesquisas qualitativas acolhem as críticas feitas ao positivismo, que resultam da insatisfação de alguns estudiosos das ciências sociais que compreendem o método quantitativo como sendo insuficiente para os estudos dos fenômenos humanos e da sociedade. Importa ressaltar que tais investigações não se apresentam como um único método, mas como um campo investigativo abrangedor de uma variedade de estudos e pesquisas que podem adotar diferentes caminhos, de acordo com a epistemológica que os fundamentam (Schwandt, 2008).

Assim, como pesquisa qualitativa, o método utilizado é o fenomenológico. A respeito deste, Moreira (2004) alerta que, apesar de se referir a esta estratégia metodológica no singular, esta deveria ser utilizada no plural, pois ela abriga uma grande variedade de caminhos que se distanciam devido às especificidades próprias

das epistemologias que os sustentam. Nesta direção, é importante deixar claro que a presente pesquisa é de natureza fenomenológica hermenêutica, privilegiando a compreensão interpretativa fundada na Hermenêutica Filosófica de Gadamer, vinculada à ontologia do ser de Heidegger.

Para essa estratégia metodológica, o pesquisador tem um papel ativo na construção do sentido desvelado pela pesquisa, rompendo com a compreensão tradicionalista de observação neutra, guiada pelo paradigma metafísico que legitima a visão dicotômica sujeito-objeto como essência do processo do conhecimento. Neste sentido, a Hermenêutica Filosófica – uma das epistemologias de pesquisa ressaltada por Schwandt (2008) – objetiva interrogar o fenômeno que se manifesta, sem tentar adequá-lo a pressupostos previamente existentes, revelando uma análise compreensiva da ação humana.

A compreensão, nessa perspectiva, deixa de ser assumida como um processo apenas intelectual, passando a ser entendida como uma possibilidade da existência do ser humano (*Dasein*), do poder-ser. Assim, “a compreensão não é, em primeiro lugar, uma tarefa controlada por procedimentos ou regras, mas, sim, justamente, uma condição do ser humano” (Schwandt, 2008, p.198). Constitui-se como possibilidade ontológica do poder-ser, e não mais como atividade intelectual isolada, executada por um sujeito.

Dessa forma, ao privilegiar a ontologia do ser de Heidegger, assume a pré-compreensão e a disposição afetiva como existenciais e compreende o modo de ser do homem como ser-no-mundo. Mundo, aqui, entendido como teia de significado que constitui o próprio ser-aí e como totalidade de relações e de referências pertencentes à própria abertura do *Dasein*. Como visto no capítulo anterior, O *Dasein* não tem desde sempre uma compreensão completa do mundo, mas já nasce lançado em uma teia de significado (mundo) que o constitui e possibilita, como abertura, o poder-ser.

A impossibilidade de sair da precompreensão que já sempre temos do mundo e dos significados (uma vez eliminado o pressuposto do ser das coisas entendido como simples-presença) não é algo negativo ou limitante, não constitui a nossa própria possibilidade de encontrar o mundo. O conhecimento não é um ir do sujeito para um ‘objeto’ simplesmente-presença ou vice-versa, a interiorização de um objeto (originariamente separado) por parte de um sujeito originariamente vazio. O conhecimento é antes a articulação de uma compreensão originária em que as coisas estão já descobertas. Esta articulação chama-se interpretação. (Vattimo, 1996, p.35).

A interpretação, portanto, constitui-se na própria compreensão e, nesta perspectiva, ela não corresponde à tomada de consciência de um objeto externo, mas à elaboração das “possibilidades projetadas no compreender” (Heidegger, 2008, p. 209). Neste sentido, o conhecimento apresenta-se como elaboração constitutiva e originária da relação com o mundo que constitui o *Dasein*, estando remetido à compreensão do círculo hermenêutico.

Gadamer, assim como Heidegger, concebe a compreensão em uma dimensão ontológica, mas se volta para o movimento da compreensão e da situação hermenêutica em sua especificidade. Nesta direção, reconhece a “tradição” como fundamental ao processo do conhecimento e não mais vê os pressupostos como sendo uma forma distorcida do “pensamento que precisa ser lapidado antes de vermos o mundo corretamente” (Lawn, 2007, p.12). Pelo contrário, para o autor, todo conhecimento presume a existência de pressupostos que, ao serem colocados em xeque, possibilitam a própria compreensão (interpretação). A este respeito, Schwandt (2008) afirma que, para a Hermenêutica Filosófica, a tradição não é algo externo do qual podemos nos livrar, mas apenas alguma coisa que podemos examinar, possibilitando mudar aqueles pré-conceitos históricos que dificultam nossos esforços de compreender os outros, a nós mesmos e ao mundo.

Nessa perspectiva, a interpretação implica um encontro de horizontes que abre o *Dasein* para a possibilidade de rever e refletir suas tradições. Estas não são algo imutável e congelado no passado, mas estão sempre em movimento contínuo de reivindicações do presente e do futuro, que possibilitam transformações. Desta forma, para Gadamer o conhecimento acontece pela fusão de horizontes e não na reprodução racional do discurso que o intérprete pretende compreender. Ao se introduzir a noção de horizonte compreensivo, reconhece-se que a compreensão comporta uma série de determinações prévias interdependentes para sua realização que se encontram inseridas no cerne de nossas possibilidades linguísticas. Neste aspecto, a Hermenêutica Filosófica compreende que todo conhecimento (interpretação) se constituirá no “encontro” de dois horizontes: o horizonte inerente (determinações prévias) à coisa/ação a ser compreendida; e o horizonte próprio (pressupostos) àquilo que se busca compreender.

Sendo assim, é possível afirmar que a interpretação (possibilidade compreensiva) dá-se na interpenetração de horizontes que resultará no surgimento de novo sentido, que não corresponde à imposição de um sentido, mas obedece às

condições de cada horizonte que se interpenetram no jogo compreensivo. Ela constitui-se, pois, em uma fusão que nunca poderá ser obtida no total, nem completamente finalizada (Lawn, 2007), revelando, assim, a estrutura circular do movimento de realização do real. A interpretação é, pois, a realização particular de uma fusão de horizontes em meio à circularidade da compreensão. Isto, por sua vez, implica dizer que uma compreensão jamais esgota todas as possibilidades de sentido pertencentes ao fenômeno que se busca compreender (Schwandt, 2008).

Nesse momento, importa lembrar que o fenômeno interrogado pela presente pesquisa consiste em tentar compreender a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo de pais com crianças na perspectiva fenomenológica existencial, dimensão já apontada por Yehia (2004) que também se revelou na prática da pesquisadora. Busca-se, pois, ampliar a compreensão da dimensão colaborativa desta modalidade de prática psicológica a partir da “con-versação” com outros profissionais de psicologia que atuam nesta área.

Como possibilidade para viabilizar o “encontro” da pesquisadora e dos colaboradores (participantes da pesquisa), na busca do desvelamento da teia de nexos que acontece na circularidade da situação hermenêutica, adotou-se como “instrumento” para a colheita, a narrativa como proposta por Walter Benjamin (1994). Este autor compreende a figura do narrador como aquele que se debruça à elaboração da experiência. Assim, o narrador, ao narrar, fala de si, mas não limita o campo da interpretação, impondo a ação ao ouvinte/leitor. A arte da narrativa, ao mesmo tempo em que possibilita ao narrador elaborar sua experiência, permite ao ouvinte/leitor incorporar as coisas narradas a sua experiência, possibilitando-os ampliarem seus campos de circunvisões.

Ainda a respeito da narrativa, Benjamin (1994, p.25) afirma que:

é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador como a mão do oleiro na argila do vaso.

Nessa direção, esse “instrumento” lança mão da figura do narrador e ressalta a ambiguidade que sustenta a elaboração da experiência, condição que possibilita a singularização e também conhecer a própria história, a partir do lugar em que se está. Assim, a narrativa pode ser utilizada como “instrumento”, colocando-se à disposição da interrogação da ação que se pretende compreender.

Esse instrumento “supõe uma ‘conversação continuada’ entre narrador e pesquisador, sobre um tema escolhido pelo pesquisador, em função dos interesses de seu trabalho” (Schimdt, 1990, p. 72). O relato oral abre-se, então, como possibilidade de elaboração e transmissão da experiência (tematização do fluxo vivido) que permite a incorporação das mudanças do conteúdo e das características dessa elaboração. Neste sentido, os relatos podem assumir o estatuto de depoimento, que, apesar de sua origem jurídica, reporta-se à tentativa de detectar as verdades dos fatos, “perde esta conotação nas ciências sociais, para significar o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar” (Queiroz, 1988, p. 21). O depoimento possibilita a circunscrição de acontecimentos da vida do narrador/colaborador que interessam ao ouvinte/pesquisador o qual, por sua vez, interfere no relato propondo a região da experiência do narrador que lhe interessa.

As narrativas são, pois, um momento de contato do pesquisador com a dimensão circunscrita das experiências dos colaboradores necessárias à elaboração da pesquisa. Estas, diferentemente das entrevistas, não se constituem num conjunto de respostas dadas a perguntas previamente elaboradas, mas confunde-se com o “livre curso do pensamento e das lembranças dos narradores” (Schmidt, 1990, p. 73). Logo, as perguntas que porventura surgem no encontro são frutos de uma escuta atenta e curiosa do pesquisador em torno de algum aspecto desvelado pelo colaborador/narrador, com intuito de clarear e ampliar a compreensão acerca do fenômeno estudado.

A pergunta pro-vocadora que possibilitou dar início às colheitas das narrativas foi: “*A partir de sua experiência, como você compreende o Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo?*”.

O grupo de colaboradores foi formado por quatro profissionais de Psicologia que atuam em tal modalidade e seguem a perspectiva fenomenológica existencial. Destes interlocutores três eram mulheres e um homem. Uma das mulheres trabalha em um ambulatório, estando vinculada ao serviço público de saúde da cidade do Recife, e os outros três, em clínicas-escola de universidades particulares da cidade de São Paulo. Os psicólogos/interlocutores de São Paulo foram solicitados devido a escassez de profissionais de Psicologia que atuam em tal modalidade de prática psicológica – na perspectiva fenomenológica existencial – com pais e crianças na cidade do Recife.

Todos os colaboradores foram selecionados devido à importância que tinham para a temática estudada por já atuarem em tal contexto há mais de cinco anos, compondo, assim, uma “Amostra Intencional”. Esta se define, principalmente, por “um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto” (Thiollente, 1986, p.62),

No que se refere ao processo de “colheita” das narrativas, inicialmente, foi realizado um primeiro contato com os colaboradores, sendo explicado, brevemente, a proposta da pesquisa e marcado o dia, horário e lugar para o encontro. Os encontros realizaram-se de forma individual e aconteceram no espaço indicado por cada participante, considerando suas preferências e disponibilidades. Nos dias dos encontros, antes da “colheita”, os colaboradores/narradores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram elucidadas as dúvidas que, porventura, ainda existiam e solicitado permissão para gravar as narrativas. Estas, posteriormente, foram transcritas, literalizadas e devolvidas aos interlocutores para que estes as verificassem.

Como movimento de desvelamento do real, adotou-se a Analítica do Sentido, como proposta por Critelli (2007), que parte da perspectiva heideggeriana e do pensamento de Hannah Arendt. A autora compreende que tal método busca o olhar que vê a manifestação dos modos e do movimento do fenômeno a ser conhecido, procurando “apreender”, “distinguir” e “expressar” o fenômeno-estudado em sua face fenomênica. Ela volta-se, pois, para interrogar o que se procura conhecer sem retirá-lo do movimento circular de desvelamento e ocultação, próprio à manifestação do ser dos entes.

Nesse sentido, Barreto (2006, p.154) ressalta que, o olhar do pesquisador, “atento à complexidade do ser em seu aparecer e ocultar-se”, visa “descobrir e compreender o sentido de ser daquilo a que se lança, na intenção de conhecer”. Tal olhar, ainda conforme a autora, não é um olhar individual, mas co-existente que, enquanto condição ontológica do ser homem, possibilita todo e qualquer compreensão e conhecimento. Impõe, pois, ao pesquisador assumir o olhar fenomenológico que permite o desvelamento da teia de nexos, levando à reflexão e ao reconhecimento das interpretações das problemáticas apresentadas, percorrendo a trilha do sentido.

Nessa perspectiva, a Analítica do Sentido revela-se “como possibilidade de compreensão do *sentido que faz/tem* para o homem – sentido que está na *trama do mundo* tecida no modo de o homem cuidar de ser no seu *ser-no-mundo*; através dela, tudo que há chega à existência, torna-se real” (Barreto, 2006, p.153 – *grifo da autora*). É, pois, esta trama que o pesquisador procura compreender.

Tal movimento de desvelamento e interpretação do real é composto por cinco momentos, que só podem ser divididos didaticamente. Estes são: O *DESVELAMENTO*, momento em que o fenômeno é percebido, ou seja, quando alguém se dá conta dele e o “retira”, pelo menos momentaneamente, do ocultamento. Sobre isto, Critelli (2007, p. 76) afirma que o fenômeno “trazido à luz não tem, por determinação, de permanecer desvelado para sempre, nem de uma mesma maneira”; O segundo momento – a *REVELAÇÃO* – consiste na confirmação e conservação pela linguagem do fenômeno-manifesto; O terceiro – o *TESTEMUNHO* – dá-se na interlocução, quando o fenômeno desvelado e revelado pode ser visto e ouvido por outros. Para a autora, se não houver o testemunho, “o desvelamento e o desvelado, o revelado e a revelação esvanecem-se” (p.85), é, pois, como se o fenômeno nunca tivesse aparecido, uma vez que, sem testemunho não há manifestação; A *VERACIZAÇÃO* dá-se na publicação e no reconhecimento do fenômeno manifesto. Ela acontece quando o fenômeno pode ser referido como verdadeiro no campo da interlocução, pois “coisa alguma é verdadeira em si mesma, mas veracizada mediante uma referência, um critério, algo que venha de fora dela mesma e a autorize a ser o que é e como é” (p.93); Por fim, na *AUTENTICAÇÃO*, o fenômeno é “efetivado em sua constância através da vivência afetiva e singular dos indivíduos” (p. 69). Se não houver a autenticação, o fenômeno – desvelado, revelado, testemunhado e veracizado – não alcança sua plena realização. Para isto é imprescindível que o fenômeno seja vivenciado em uma experiência singular, que não acontece no plano da racionalização ou do entendimento cognitivo, mas pelo crivo do sentir.

Assim, fica claro que a compreensão e interpretação do real – a partir da Analítica do Sentido – implicam uma relação de aproximação e distanciamento entre o narrador-colaborador e o ouvinte-pesquisador, que possibilita a “legitimação” de uma compreensão do fenômeno desvelado no encontro, tendo em vista a necessidade de interlocução permanente da ação e do sentido das experiências vivenciadas. Assim, tal caminho revelou-se como o mais adequado à natureza

hermenêutica interpretativa da pesquisa. E o texto-narrativo-escrito, que segue, apresenta-se como compreensão interpretativa do fenômeno-estudado – que foi desvelado, revelado, testemunhado, veracizado e autenticado pelos colaboradores e pela pesquisadora –, articulado aos pressupostos epistemológicos que sustentam a pesquisa.

3.2 Possibilidade compreensiva: interrogando o fenômeno

O difícil em uma colcha de retalhos assim...
 é que cada um [dos retalhos] foi feito por
 alguém diferente...
 Preciso agrupá-los de certa maneira que
 dêem equilíbrio e harmonia ao desenho...
 Primeiro, precisa-se de um tema...
 (Ana, *In Moorhouse*, 1995).

Na tentativa de desvelar o acontecimento que se dá no texto/narrativo/escrito que se apresenta, recorre-se à metáfora da tessitura de uma colcha de retalhos usada pelo filme americano “*How to make an american quilt*” – intitulado em português como “Colcha de Retalhos”, citado na epígrafe acima.

Esse filme narra a história de uma jovem chamada Finn, que passa por momentos decisivos em sua vida. Na tentativa de terminar sua tese e dividida pela vontade de casar-se com o amor de sua vida e o medo de perder sua liberdade, viaja para passar três meses na casa de sua avó e de sua tia-avó. Estas senhoras – que possuem uma relação conflitante, marcada por rompimentos e feridas abertas no passado – juntamente com mais cinco amigas formam um grupo de mulheres que se reúnem, há décadas, para confeccionar colchas de retalhos. Na ocasião, devido ao casamento da jovem, elas tecem uma colcha que tem como tema: “Onde mora o amor?”. Na medida em que os retalhos vão sendo bordados, há um resgate das histórias e das experiências amorosas destas senhoras, revelando-nos o passado presente. Cada um dos retalhos construído apresenta-se como o tecer da vida afetiva/amorosa de suas protagonistas e revela segredos, sentimentos e conflitos que, ao serem narrados, permitem a tematização do vivido e o desvelamento da trama. Tais retalhos unidos possibilitam o surgimento de algo novo – a colcha de retalhos – que pode ser compreendida como a teia de sentido que dá vida ao filme.

Nesta direção, a colcha é tecida e destecida, evidenciando a circularidade temporal própria à existência humana. Todo o filme compõe uma diversidade de metáforas e seu enredo enfoca as relações humanas, privilegiando, principalmente, as afetivas.

Seguindo a metáfora do filme, buscou-se tecer uma colcha de retalho que teve como tema a questão: Como compreender a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo, na perspectiva fenomenológica existencial? Nesta, as narrativas dos colaboradores são os retalhos que, costurados, possibilitaram o aparecer da colcha.

Com o intuito de identificar cada interlocutor – resguardando suas identidades – e facilitar a visualização da colcha tecida junto às narrativas, foram usados diversos recursos, como letras e cores diferentes. Assim, **Veludo** corresponde à letra **times new roman** e à cor **roxa**; **Algodão**, **calibri** e **azul**; **Seda**, **comic sans ms** e **vermelha**; **Linho**, **courier new** e **verde**. Com isto, visou-se contemplar a diversidade das cores e das texturas dos tecidos dos retalhos que, no aparecer da colcha, revelam a multiplicidade na unidade da obra.

Nesse processo de aparecimento, a pesquisadora assumiu o lugar de costureira, que não apenas une os retalhos, mas que ao costurá-los, deixa na colcha algo de si, envolvendo-se com e no processo criativo de desvelamento e ocultamento da colcha – texto/narrativo/escrito – que se revela. Para tanto, disponibilizou-se a acolher o fenômeno que se mostra sem retirá-lo de seu movimento fenomênico e a costurá-lo, tendo como linha a perspectiva fenomenológica existencial, possibilitando uma compreensão interpretativa do fenômeno que interrogou. A pesquisadora buscou, com um olhar atento, “des-cobrir” e compreender o sentido que se apresenta nos retalhos aos quais se lançou com o intuito de conhecê-los. Nesta direção, após ler e reler várias vezes as narrativas dos colaboradores e, com muito esforço e dificuldade, aventurou-se na tentativa de costurar tal colcha.

Mas, antes de apresentá-la, importa ressaltar que a modalidade de prática psicológica do Psicodiagnóstico atende a uma variedade de demandas e contextos, porém, para o efeito deste estudo, será centralizado o Psicodiagnóstico Interventivo com pais (responsáveis) e crianças – na perspectiva fenomenológica existencial – enfocando a dimensão colaborativa.

A partir desse momento, a pesquisadora volta a pedir licença para assumir uma linguagem mais pessoal, pois na medida em que a colcha foi se revelando, apresenta algumas das reflexões que realizou durante o desenvolvimento da pesquisa.

Na tessitura da colcha, o que primeiro chamou a atenção foi que apesar das narrativas dos colaboradores desvelarem a dimensão colaborativa, esta era pouco ou quase nada tematizada. Os interlocutores surpreendiam-se quando me referia ao Psicodiagnóstico como Interventivo/Colaborativo. Nesta direção, [Linho](#) pontua:

O Psicodiagnóstico que você está chamando de colaborativo, eu chamo de interventivo...

Tal fenômeno aponta para a pouca tematização da dimensão colaborativa e, ao mesmo tempo, revela o quanto suas historicizações são transpassadas pelo modo de fazer/pensar o Psicodiagnóstico Interventivo proposto por M. Ancona-Lopez e colaboradores em 1995. Ao narrarem suas experiências, os interlocutores revelavam os modos como compreendem suas ações, o que pode ser ilustrado pela seguinte narrativa de [Algodão](#):

eu fiz estágio, ainda na graduação, em Psicodiagnóstico Interventivo... Ainda não tinha este nome Colaborativo, mas era um Psicodiagnóstico Interventivo, que tentava diferenciar do modo do Psicodiagnóstico Tradicional, e aí foi inserida a questão do grupo de pais... E o atendimento às crianças era feito individual... (...) como o único modelo que eu tinha aprendido na vida era... era o Psicodiagnóstico Interventivo... Foi via Psicodiagnóstico Interventivo, lendo todos os textos que eu tinha lido na graduação e trabalhando com uma equipe dentro da Universidade... e tenho seguido essa prática até hoje, fazendo algumas mudanças... A grande mudança, que eu vejo na minha prática em relação àquilo que aprendi, é fazer também grupo com as crianças...

Outra forma de nomear essa modalidade de prática psicológica vislumbrada nas narrativas dos interlocutores foi a Oficina diagnóstica. Mas, [Veludo](#) afirma que, apesar de tal nomenclatura, reconhece a sua ação como

Psicodiagnóstico Interventivo. Destaca, neste sentido, as contribuições e modificações que esta modalidade trouxe a sua prática clínica:

A idéia de Psicodiagnóstico Interventivo, quando eu li nos livros, me atraiu bastante porque eu necessitava dialogar com as mães, o que um atendimento tradicional não me dava condições; e aqui precisamos muito disso... ouvir os cuidadores, trocar idéias... (...) O conto (inicial) do sofrimento infantil, relatado pela mãe, é avaliado pelos psicólogos do Plantão, que encaminham, ou não, para a Oficina Diagnóstica – nome dado por nós ao Psicodiagnóstico Interventivo em nossa Unidade. Há... uns dez anos atrás implantamos o Psicodiagnóstico Interventivo, seguindo um modelo da Clínica de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP. Entendíamos que era necessário fazer interlocução junto aos cuidadores, no entanto, ficou difícil implantar com o mesmo número de sessões, são muitas crianças. Modificamos o número de encontros buscando adaptar as especificidades do atendimento em Saúde Pública. (...) Entendo o que faço como Psicodiagnóstico Interventivo... recorreremos à dialogia com os pais para compreender... Comunicamos o que vemos, orientamos condutas junto à criança, favorecemos reflexão sobre estar no mundo... nesse momento avaliativo. Aprendemos com eles a atendê-los, entende?

Ao reconhecer que, na aproximação com o seu cliente, aprende a atendê-lo, privilegiando o acontecer de uma “relação dialógica”, **Veludo** aponta, sutilmente, para a dimensão colaborativa desta prática psicológica e vislumbra a flexibilidade como modo de ser fundamental ao Psicodiagnóstico Interventivo.

De um modo abrangente, a compreensão do Psicodiagnóstico Interventivo narrada pelos colaboradores segue a concepção proposta por M. Ancona-Lopez (1995), rompendo com o Psicodiagnóstico Tradicional, resultante da compreensão da Psicologia como aplicação técnica. Distancia-se, assim, da compreensão que restringi a intervenção a um determinado *setting* terapêutico, estendendo-a a toda e qualquer ação do psicólogo. Nesta perspectiva, **Linho** destaca que o processo do Psicodiagnóstico Interventivo

se caracteriza, essencialmente, por duas questões: uma é a participação ativa dos pais no processo de Psicodiagnóstico; e outra é a intervenção dos psicólogos junto à criança e junto aos pais.

Nesse sentido, os pais passam a ser vistos como

colaboradores, eles são co-participantes nesse processo, eles são atuantes... ajudam a construir o Psicodiagnóstico e tiram o psicólogo do lugar de detentor do saber, de que a responsabilidade de diagnosticar a criança é só do psicólogo... **Os pais são participantes ativos. No diagnóstico que eu faço... deixam de ser meros informantes da história de vida da criança...**

E no que diz respeito às intervenções, **Algodão** e **Seda** ressaltam que:

São feitas devoluções parciais, ao longo do processo, a gente vai pensando em voz alta e vai dando para eles que caminhos que a gente está seguindo, que a gente está pensando, que a gente está investigando... **A gente está fazendo, o tempo todo, devoluções parciais... Eu vou contando, a cada sessão, o que eu vou percebendo, quando eu vou percebendo, não é que a gente tenha a obrigação de perceber coisas em todos os momentos ou em todas as sessões...**

Tal compreensão do Psicodiagnóstico Interventivo amplia o sentido de intervenção e do lugar destinado aos pais/responsáveis neste processo, possibilitando pensar tal contexto como uma prática interventiva, que interrogará o fenômeno no momento em que se desvela. A ação clínica passa a privilegiar a experiência do cliente, caracterizando o Psicodiagnóstico Interventivo como um espaço co-operativo, onde psicólogo e cliente (pais e crianças) são concebidos como personagens principais desse enredo, compreensão que se constitui em um ponto de partida para pensar/questionar a dimensão colaborativa deste processo. Nesta direção, **Veludo** destaca que o Psicodiagnóstico Interventivo apresenta-se como

uma forma diferente de ofertar cuidado... diferente daquela outra em que era um degrau para a ludoterapia (...) tem sua especificidade... sim... uma outra modalidade de atuação clínica... como posso dizer?... de se relacionar com as mães, com a criança... me ensina sobre elas... (...) Os detalhes na história – nas

narrativas – são muitos, desalojam configurações tradicionais de assistência. Assim, aprendo muito no Psicodiagnóstico. (...) “Uma atenção”... uma “atenção, como resposta possível à compreensão do vivido como mal-estar... precisam falar... dialogar... A Oficina favorece e ajuda a cuidar... Eu entendo como possibilidade de comunicar... de trocas importantes, amplia o sentido que temos de demanda e de intervenção... um processo que envolve relações, falas, escuta, vínculos, *insight*... em que se inicia, mas não se tem claro o término da atenção favorecida...

Nessa direção, o profissional de Psicologia não mais se caracteriza como um técnico “detentor do saber que oferece respostas às perguntas trazidas pelos clientes” (Yehia, 1995, p.119), mas é, antes de qualquer coisa, uma pessoa que possui conhecimentos específicos, que podem vir ao encontro para acompanhar o cliente a se apropriar de sua experiência vivida. Todavia, importa deixar claro que tais pressupostos (conhecimentos) não correspondem à verdade única e universal, mas a uma possibilidade de se olhar para o fenômeno que se desvela. Nesta perspectiva, abre-se a possibilidade de deixar vir ao encontro aquilo que se mostra, viabilizando o “des-cobrir” de uma compreensão conjunta entre psicólogo e cliente, fenômeno que delinea a dimensão colaborativa desta prática psicológica.

Assim, importa assumir a atitude fenomenológica, atitude de questionamento, desapego, para a qual nada se encontra, inicialmente, supervalorizada ou excluída a partir de pressupostos teóricos fundamentados. A atitude fenomenológica, recorrendo ao poema de Alberto Caeiro (Pessoa, 2008, p.49), apresenta-se como um aprender a desaprender:

O que nós vemos das cousas são as cousas.
 Por que veríamos nós uma cousa se houvesse outra?
 Por que é que ver e ouvir seriam iludirmo-nos
 Se ver e ouvir são ver e ouvir?

O essencial é saber ver,
 Saber ver sem estar a pensar,
 Saber ver quando se vê,
 E nem pensar quando se vê
 Nem ver quando se pensa.

Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida!),
 Isso exige um estudo profundo,
 Uma aprendizagem de desaprender
 E uma seqüestração na liberdade daquele convento
 De que os poetas dizem que as estrelas são as freiras eternas
 E as flores as penitentes convictas de um só dia,

Mas onde afinal as estrelas não são senão estrelas
 Nem as flores se não flores,
 Sendo por isso que lhes chamamos estrelas e flores.

Ou seja, assumir a atitude fenomenológica implica um despir-se. Nós que trazemos a alma vestida necessitamos aprender a questionar nossos pressupostos e prática, disponibilizando-nos a ver e ouvir as coisas (fenômenos) tal como se mostram.

Nesse sentido, a ação clínica vincula-se à noção de Cuidado (*Sorge*), distanciando-se de uma atitude prescritiva e explicativa. Enquanto Cuidado, a ação clínica pode ser compreendida como um disponibilizar-se para acompanhar o cliente em um processo de “des-cobrimto”, convocando-o a assumir sua tarefa de “cuidar-de-ser”, ou seja, dar conta de sua existência, enquanto poder-ser.

O Psicodiagnóstico Interventivo constitui-se, pois, nas narrativas dos colaboradores, como uma prática psicológica consolidada tanto na teoria como na prática, mas de difíceis “con-tornos” e grande complexidade, como pode ser ilustrado pelo modo como *Veludo*, *Linho* e *Algodão* dão movimento a seus testemunhos:

Bom... eh... Deixa-me ver por onde é que eu começo... Não sei bem como falar... Vou contar o que faço talvez você possa entender... Deixa eu voltar a como é que eu comecei essa prática, porque talvez fique mais fácil de explicar o caminho...

Tal dificuldade apresenta-se devido à complexidade da prática clínica, que demanda disponibilidade e abertura para o inesperado, não se enquadrando em modelos padronizados e/ou previamente definidos. Caracteriza-se, pois, como espaço de abertura, reflexão e acolhimento ao sofrimento humano, que lança o psicólogo em direção à imprevisibilidade e privilegia a flexibilidade e a criatividade como condições importantes da ação clínica. Neste sentido, *Linho*, *Seda* e *Algodão* revelam que neste processo compreensivo, o que vai ser considerado para possibilitar interpretar, traduzir em palavras

o universo da criança vai variar de caso para caso. Então, eu não tenho exatamente um estereótipo: todo mundo vai fazer colagem, todo mundo vai fazer observação lúdica... eu vou variando isso de caso pra caso... Eu não aplico testes com a criança, eu trabalho com a criança

com observações lúdicas, desenho, entendendo o brincar dela, o contar histórias... (...) eu acredito que a gente pode... trabalhar com a nossa criatividade, com o nosso potencial de pensar em instrumentos que não sejam padronizados, para não encaixar...

Não é que eu não vou, de jeito nenhum, utilizar o teste, mas que eu vou usar quando e se necessário... Até porque, o resultado do teste, quando ele é usado, é também trazido e discutido em sessão com os pais. Então, é aplicado determinado instrumento e nós chegamos a este resultado, vamos pensar a respeito desse resultado. Ele não vem como uma coisa estática, ele vem como um dado a ser questionado, a ser conversado sobre... com os presentes, é outro jeito até de usar a técnica psicológica, aparentemente, tão quadradinha, fechada...

Tais relatos nos aproximam do modo de ser, denominado por Heidegger, de serenidade, que nos possibilita dizer sim e não, ao mesmo tempo, à tecnicidade própria à Psicologia como ciência e profissão. Acerca deste modo de ser, Heidegger (2000, p. 24 – *grifo do autor*) aponta:

Deixamos os objectos técnicos entrar em nosso mundo cotidiano e ao mesmo tempo deixamo-los fora, isto é, deixamo-los repousar em si mesmos como coisas que não são algo absoluto, mas que dependem delas próprias de algo superior. Gostaria de designar esta atitude do sim e do não simultâneos em relação ao mundo técnico, com uma palavra antiga: *a serenidade para com as coisas (die Gelassenheit zu den Dingen)*.

Nesta atitude já não vemos as coisas apenas do ponto de vista da técnica. Tornamo-nos clarividentes e verificamos que o fabrico e a utilização de máquinas exigem de nós, na realidade, uma outra relação com as coisas que, não obstante, não é sem-sentido (*sinn-los*). Assim, por exemplo, a lavoura e a agricultura transformam-se em indústria alimentar motorizada. Não restam dúvidas que aqui – bem como noutros domínios – se está a operar uma transformação profunda na relação do homem com a natureza e com o mundo. O sentido que rege esta transformação permanece, todavia, obscuro.

Heidegger, em sua crítica à técnica moderna, compreende que a serenidade constitui-se em uma possibilidade de “salvação” do ser homem, das armadilhas próprias ao modo de ser tecnicista ocidental. Para Heidegger, “a origem da técnica reside na maneira como nos defrontamos com a natureza. Se a deixamos acontecer por si – como na representação grega antiga da *alétheia* – ou se a provocamos”, como faz a técnica moderna (Safranski, 2005, p.463). O modo de

pensar metafísico, origem da técnica moderna, concebe a natureza (o mundo) - e até mesmo o homem - como fundo inesgotável de reserva que pode ser comprovado e explicado por meio de cálculos e formulas matemáticas, podendo, assim, ser manipulado e reproduzido. Em oposição a esta concepção da técnica, o filósofo resgata a compreensão de *téchne*, presente no modo de ser dos artesões, que possibilita que a obra se revele do seu próprio ocultamento.

Nessa compreensão, o psicólogo, no “des-ocultamento”, coloca-se junto ao cliente velando o “des-abrochar” de uma possibilidade compreensiva. O modo de ser da serenidade constitui-se, pois, em um aguardar, não no sentido de passividade, mas em aguardar, o que deixa “aberto aquilo porque aguardamos” (Heidegger, 2000, p.43).

Indo nessa direção e, ao mesmo tempo, contrapondo-se a ela, os interlocutores/psicólogos revelam formas singulares da ação clínica no Psicodiagnóstico Interventivo. Estes modos de fazer singularizados perpassam e revelam o modo próprio de ser de cada colaborador, suas tramas de sentido e as especificidades do contexto em que atuam. Mas, importa alertar que tal singularização, ao permitir estabelecer algumas delimitações desta prática clínica, pode constituir-se em um empobrecimento, revelando-se como uma “cristalização” da possibilidade do poder-ser. Faz-se, então, necessário que a atitude fenomenológica seja fundante da ação clínica, permitindo acolher a experiência como norteadora da intervenção, o que também aponta para a dimensão colaborativa desta prática clínica. Assumindo tal atitude, **Veludo** narra sua experiência, tecendo e destecendo sua teia de sentido, ampliando assim, sua compreensão da ação clínica e dá um “con-torno” a sua prática em tal contexto:

A minha experiência em Psicodiagnóstico, na Saúde Pública?... Não sei bem como falar... (...) Fica difícil nomear essa experiência, aqui é tudo muito intenso... mas vou tentar dizer o que penso e o que faço... Realizo o Psicodiagnóstico Interventivo junto a crianças que variam de um ano, dois a dez anos... Esta é a faixa de idade em que sou responsável pelo atendimento infantil, na clínica de Psicologia desta Unidade (Policlínica)...

O processo todo é sete sessões... três com os adultos, três com as criança; já me orientaram fazer tudo junto... Na supervisão me indagaram por que não faço junto

com pais e crianças, fiquei receosa pela condição ambiental que a Saúde Pública oferece, não há espaço para o grupo infantil, imagine com os pais...

Junto ao adulto que traz o encaminhamento infantil, fazemos, inicialmente, a escuta dos motivos que mobilizaram para o atendimento psicológico... Nessa, evidenciamos o sentido que o cuidador atribui à experiência infantil... (...) Buscamos favorecer uma atenção ao cuidador e a sua criança, solicitantes de atendimento psicológico em nossa Unidade... possibilidade de compreender um sofrimento, buscando dialogar para intervir, recorrendo às pessoas demandantes, participação e protagonismo... (...) A dialogia permite entender o quanto estamos distante da concepção do sofrimento, do ponto de vista de quem sofre... (...) O Psicodiagnóstico Interventivo revela ser, em nossa Clínica de saúde pública, um recurso de atenção psicológica importante, porque acolhe, dá acesso ao cuidado e cuida, uma prontidão como resposta do Serviço à comunidade, uma prática ampliada em Psicologia, necessária em nosso âmbito, gigante em Saúde Pública, porque leva a família a compreender o sofrimento, a se apropriar de sua condição sofrente, levando a promoção do cuidado, transformando o meio comunitário.

Já **Algodão**, ao tentar delinear sua prática, historiciza seu percurso de formação, o que lhe permite uma compreensão singular do Psicodiagnóstico Interventivo que realiza em uma clínica-escola da cidade de São Paulo:

Eu fiz estágio ainda na graduação, no quinto ano, em psicodiagnóstico interventivo, que era um estágio obrigatório do nono semestre... (...) No semestre seguinte, eu fiquei como monitor dessa disciplina, de novo acompanhando outro diagnóstico, também nos mesmos moldes... (...) Depois de formado, eu fiz especialização em terapia de família e casal (...) eu terminei a especialização e comecei a dar supervisão e comecei por família, com terapia de casais e com grupo de psicodiagnóstico... (...) tenho seguido essa prática até hoje, fazendo algumas mudanças... (...) Sempre que a gente atende a criança, na semana seguinte, converso com os pais o que foi observado, o que foi pensado, como é que a gente está vendo aquela criança... E, junto com os pais, ver o que vai ser feito... não exatamente o que vai ser feito, mas o que precisa ser investigado, que... dimensão precisa ser trabalhada junto com essa criança, para nos ajudar a conversar com os pais na semana seguinte... (...) A gente só começa

a ver as crianças quando isso for trabalhado e a gente souber que, de fato, essa família, esses responsáveis apropriaram-se deste lugar de atendimento. (...) A gente só pode, de fato, começar a atender essa criança, a contar com isso... quando essa mãe pensa que o lugar dela ali é importante, que a participação dela ali no grupo tem alguma validade. (...) Eu tenho essa “veia familiar”, então gosto de juntar as pessoas e trabalhar o que está acontecendo na hora em que está acontecendo... (...) Mas sempre intercalando, a gente faz uma atividade e volta na semana seguinte... conversa com os pais, vê como é que foi isso, como é que eles entenderam, como é que... como é que está durante a semana... Tendo ou não a sessão em si, tem o que ser conversado com os pais.

Tal “pre-ocupação” desvelada por **Algodão**, ao ressaltar a importância dos pais se apropriarem de seu espaço no processo do Psicodiagnóstico e de assumirem o encaminhamento desse processo junto com o psicólogo, aponta para a dimensão colaborativa desta prática clínica. Nesta perspectiva, a compreensão diagnóstica apresenta-se como possibilidade interpretativa que emerge, não dos pressupostos teóricos prévios do psicólogo, mas no apropriar-se da experiência que acontece no encontro entre psicólogo e cliente. Continuando sua narrativa, **Algodão** relata:

tudo que eu faço é em grupo. Aí por uma questão que vem da terapia familiar de não ter segredo. (...) e aí causa um espanto muito grande, principalmente, nos alunos que vão... nos estagiários que participam desse diagnóstico... (...) E aí: *“Como é para uma mãe expor o problema dela na frente de outras mães, na frente de um grupo de dez ou dozes estagiários e de um supervisor”*... É... e é interessante, porque o espanto é dos alunos, os pais se sentem super à vontade no grupo, se sentem superentrosados... (...) é fantástico tanto para os pais que passam por este processo, como também para os estagiários quando vão vivendo essa outra prática psicológica que não aquela – eu mais um paciente dentro de um *setting* fechado e preservado – vão vendo que é possível... fazer Psicologia de diversas maneiras... que a questão do grupo não invalida o trabalho do psicólogo... não impede que seja feito um diagnóstico...

Nessa direção, minha prática clínica também possibilita confirmar que o Psicodiagnóstico Interventivo, quando acontece de forma grupal, pode trazer contribuições significativas tanto para a formação do psicólogo – ao possibilitar ampliar sua compreensão da ação clínica, não restringido-a a um determinado *setting* terapêutico – como para o desvelamento de uma compreensão acerca do que está acontecendo com o cliente, acompanhando-o em seu apropriar-se. Tais contribuições, também foram testemunhadas pelos colaboradores, como pode ser observado nos recortes abaixo das narrativas de **Seda**, **Linho** e **Algodão**:

Os pais em grupo, eu acho que tem um, um ganho... À medida que o grupo vai acontecendo, eu acho que acaba acontecendo um processo de compartilhamento de experiências, um processo de troca, onde a experiência do outro serve como intervenção para as demais partes. A mãe, quando chega, ela acha que o problema dela é único (...) quando se depara com outras mães, com crianças naquela idade ou da mesma faixa etária, ela vê que ela não é a única, vê que aquilo que ela está passando, às vezes, até faz parte do crescimento, faz parte do desenvolvimento da criança e já não se sente mais tão sozinha no mundo... As mães acabam percebendo que existem diversas formas de lidar e acabam experimentando o que a outra faz. (...) só o fato de ser em grupo, já propõe uma intervenção, pela diversidade de experiências que acabam acontecendo no grupo. **E isso é muito importante, porque às vezes a gente, como psicólogos, não fala algo que uma outra mãe fala... (...) Então, são traços de experiência que acabam abrindo um campo de possibilidades... de enxergar essa criança e... e o jeito dela funcionar no mundo....**

A relação grupal possibilita aos pais experienciarem outros modos de ser-no-mundo, ampliando seus campos compreensivos a partir do encontro com outros pais que se apresentam, ao mesmo tempo, em suas aproximações e distanciamentos enquanto poder-ser-singular. Tal fenômeno também pode acontecer no que diz respeito às crianças, como **Linho** pontua:

As crianças acabam também aproveitando a experiência do outro, quer dizer, aquele que é tímido acaba aprendendo, de certo modo, com aquele que é agressivo, e aquele que é agressivo acaba se contendo na experiência com aquele que é tímido.

Pode ocorrer, ainda, nesse processo grupal, a construção de vínculos e de redes sociais que possibilitam aos participantes (pais e/ou responsáveis) se sentirem acolhidos e se disponibilizarem para o outro, ampliando assim as possibilidades de compreensão de si-mesmo, dos outros e do mundo. Desse modo, contribui para a “despatologização” do sofrimento humano e o seu acolhimento como uma possibilidade própria do poder-ser-concretamente-no-mundo. Nesta direção, Algodão revela:

A gente tem percebido, nesses últimos anos, que o grupo toma dimensões maiores. Então, as pessoas na recepção já continuam, já começam a conversar e continuam conversando no atendimento. Algumas mães descobrem que moram perto uma da outra e forma-se uma rede entre elas que tem sido bem legal e, isso faz também parte do diagnóstico e tem contribuído também para a solução dos problemas, solução quanto à compreensão do problema da criança. [silêncio]...

Partindo, pois, de tais contribuições advindas do processo grupal, podemos afirmar que experiência por si-mesmo já se constitui em um processo interventivo/colaborativo, na medida em que a experiência do outro, ao ser narrada, possibilita aos pais vislumbrarem outros modos de ser-no-mundo, ampliando seus horizontes compreensivos. O Psicodiagnóstico Interventivo em grupo permite, assim, um apropriar-se significativo da dimensão colaborativa, ao possibilitar, pela troca de experiência, o acontecer de uma fusão de horizontes, condição constitutiva do ser-no-mundo, mas que nem sempre acontece, pois esta implica assumir uma disposição afetiva de abertura para o outro, para a alteridade. Tal fenômeno nos remete à dimensão colaborativa desta prática psicológica, trazendo à luz a compreensão do ser do homem como ser-com e ser-em.

As narrativas dos colaboradores revelam, ainda, outra especificidade desta prática psicológica – que também é desvelada em minha prática – a

possibilidade de ofertar uma atenção, um cuidado para a família sofrente, e não apenas para a criança demandante. Apresenta-se, assim, como uma prática psicológica que, apesar de não ser uma terapia de família, possibilita “acolher” a família, permitindo a apropriação da problemática vivida. Nesta direção, *Seda* coloca sua narrativa em movimento, trazendo à luz que o seu cliente é a família. Abre, assim, espaço para o desvelamento de outra compreensão de “adoecimento” e de ação clínica, que passa a ser compreendida como “cuidado”:

os pais, os responsáveis, eles chegam buscando... uma compreensão da criança e eu entendo essa criança como um cliente identificado, ou seja, alguém traz essa criança com uma questão... A partir desse momento, essa família já é o cliente... (...) os pais passam... a ser também clientes à medida que ali tem um responsável... que também tem a função de cuidador, mas também tem a função de mulher, de homem, de que trabalha... Eu entendo a criança como emergente dessa dinâmica. Então, a partir daí os pais... eles estão presentes o tempo todo... durante o processo. (...) Eu trabalho individualmente... com a criança e também em grupo. (...) a criança, ela está inserida numa rede de relações, por isso, também, eu faço a visita escolar e a visita domiciliar... (...) Eu atendo pais e crianças... com a mesma frequência. É claro que se eu percebo que eu preciso falar mais... com a mãe, eu vou fazer isso, mas... não tem: *"Eu vou ver a criança, porque a criança é que está com dificuldade, que está com problema"*. Tem ali uma família que está junta com isso, que veio junto. Então, a gente está fazendo, o tempo todo, devolutivas parciais... (...) Todos os momentos são momentos que a gente permite que o cliente se apresente, que ele se mostre, para a gente. Isso é uma compreensão... Diagnóstico é isso, não é? É você compreender. Então, todos os elementos que você pode lançar para compreender, você lança...

Desse modo, **Seda** possibilita compreender o diagnóstico de outra forma, não mais como algo fechado, absoluto e definido por meio de aplicações técnicas, mas como uma compreensão que emerge da relação psicólogo, cliente (família e criança) que privilegia a experienciação, remetendo-nos, mais uma vez, para a dimensão colaborativa desta prática. Apresenta, ainda, sua compreensão da ação clínica, delineando sua complexidade ao vislumbrar uma diversidade de modos possíveis de realização dos encontros.

Complementando essa compreensão, **Linho** ressalta a importância dos atendimentos individuais, ao indicar

existem alguns atendimentos, algumas sessões que eu faço com as crianças em grupo, e existem outras sessões com crianças que eu não faço em grupo. Nisso, recai o fato, por exemplo, de uma observação familiar, às vezes eu acho que alguns casos demandam uma observação familiar, em que eu vou observar aquela criança naquela família...

Reportando-me a minha experiência, importa ressaltar que o Psicodiagnóstico Interventivo pode configurar-se como uma “porta de entrada” para diversas instituições. Tal prática, apesar de destacar o atendimento em grupo de famílias, vislumbra a possibilidade de um espaço para encontros individuais, seja com as crianças, com os pais, ou, até mesmo, para uma determinada família.

Assim, as possíveis estratégias ou recursos, que podem vir à mão no acontecer de um Psicodiagnóstico Interventivo, passam a ser instrumentos que fazem parte da teia de nexos, do mundo, constitutiva da ação clínica, que podem ser acionados em sua instrumentalidade para contribuir com a ampliação da demanda que se busca compreender. Tentando ilustrar tal fenômeno, recorreremos ao exemplo dado por **Linho**, ao narrar:

Uma vez eu tinha um grupo que tinha... sei lá... uma criança de seis anos, dois de nove anos e uma de onze anos. Então, era bem discrepante a idade dos mais velhos para os mais jovens. Existia um casal de pais que achava que o filho deles era superdotado e, na

verdade, ele não era. Eles tinham a exigência familiar de que aquela criança fosse superdotada. E, na hora dos cartazes, eles foram direto ao cartaz do menino de onze anos, reconhecendo como se fosse do filho deles, que tinha seis anos, porque aquele cartaz era mais organizado, mais bonito, mais harmonioso e tal. Então, isso possibilitou um trabalho experiencial, porque a partir da experiência possibilitou o reconhecimento dos pais sobre as expectativas deles sobre essa criança.

Além desses instrumentos que podem contribuir com a compreensão que vai se revelando no processo do Psicodiagnóstico Interventivo, os colaboradores ainda destacaram as visitas escolares e domiciliares,

em que a gente vai ver os outros ambientes em que a criança está inserida e a gente vai lá e conversa, vê, participa...

A experiência de **Seda** traz à luz a relevância dessas visitas para o processo do Psicodiagnóstico, ao indicar:

a criança está inserida numa rede de significações, relações... Então, é importante que - a criança passa um bom tempo na escola - você conheça como é que esta escola vê essa criança, pensa essa criança... Não só como uma criança que está aprendendo, num sentido mais pedagógico... mas também das relações que ela vai estabelecendo na escola com os iguais, com as figuras de autoridade... e da produção, do rendimento escolar da criança.... (...) E a visita domiciliar?... Eu acho fundamental... É claro que também os responsáveis e a criança têm que concordar... (...) Eu acho que ela é muitas vezes reveladora, algumas vezes ela não serve só de... ajuda para reafirmar alguma coisa que você já vem percebendo, de uma forma mais concreta, mas eu acho que ela também é surpreendente... Às vezes... ela traz uma dimensão que a fala não dá conta... (...) ela revela um jeito... revela um modo de estar, de

viver, que revela o jeito da pessoa. Não só da família, como da criança. Eu acho que a visita revela... de um jeito, pelas escolhas ou pelas não escolhas, pelo jeito que a visita é conduzida, como é que essa família te recebe... (...) ela faz algo com o psicólogo que eu acho importante: enquanto a gente fica pensando que o *setting* terapêutico são as paredes? não, somos nós.

Tais visitas trazem contribuições significativas para a compreensão do Psicodiagnóstico Interventivo, na medida em que possibilitam tanto ao psicólogo como aos clientes entrarem em contato com outras facetas do fenômeno, facilitando o seu “des-ocultamento”, dando movimento à compreensão.

Toda interpretação corresponde a uma possibilidade compreensiva que nunca se esgota ou termina. Neste sentido, todo compreender constitui-se em um projetar-se do *Dasein* em direção as suas possibilidades. Nesse projetar-se, o *Dasein* parte de determinadas expectativas, apontadas por Gadamer (1999) como “tradição”. Mas, adverte o autor, essa “tradição” ou “pré-conceito” deve ser “constantemente revisado com base no que se dá conforme se avança na penetração do sentido” (402), possibilitando, assim, o acontecer de uma fusão entre horizontes, fenômeno que revela a condição colaborativa da ação clínica. Tal possibilidade é apresentada por *Seda* ao relatar:

Eu lembro que atendi um menininho que tinha uns sete anos. E esse menino vem por uma sugestão da professora para a mãe, porque o menino não parava quieto, era um menino terrível, tinha muita dificuldade de... com os limites, de acatar o que era solicitado para ele e tal... E a mãe reclamava muito dele... (...) E aí fui à escola, e na escola se repetia a mesma visão da mãe: *"O menino é terrível... Se continuar assim não vai dar... ele desacatou a professora... ele, no meio da aula, joga o caderno na cabeça dos colegas..."* (...) E quando foi dito para o menino - *"Olha tua visita está marcada, então tudo bem e tal? Eh... A gente vai conversar com a tua professora, com a diretora, dona fulana*

de tal..." - ele fez uma cara assim de que está tudo bem, mas estava complicado... E aí, eu: "é... parece que você tá dizendo que está tudo bem, mas num está sendo fácil, você não queria que a gente fosse?" E ele não falou muito... Ele pergunta assim: "Por que é que vocês vão conversar com essas pessoas?". "Bom, porque são as pessoas que mais te conhecem". E ele fez assim: "Então, você também tem de conversar com o seu João." "Eh... Mas quem é o seu João?". "Ah, o seu João é aquele moço que ajuda a gente..." (...) Então, quando a gente estava passeando, foi perguntado assim: "Tem alguém que trabalha aqui que se chama seu João?" (...) "Eu poderia falar com ele?" "Pode". Ai fui lá e falei: "Oi seu João tudo bem? A gente atende uma criança... a gente queria saber se o senhor conhece, é fulaninho da X série". (...) Ele falava assim: "Mas sabe? Ele era brabo comigo, ele chutava as coisas quando chegava, jogava mochila e não sei o quê, mas aí eu descobri que, quando a gente fica perto dele, quando a gente abraça... quando eu peço para ele me ajudar... depois que eu comecei a pedir para ele me ajudar, que eu fiquei conversando com ele, ele é outro menino. Esse menino é tão bom". E aí falou uma série de coisas positivas do menino. (...) E aí foi assim... se a gente não tivesse ido falar com seu João, a gente não poderia escutar uma outra visão dele e, de algum jeito, é isso que ele pede: "Bom, já que vão falar e vão falar mal de mim certamente, tem alguém que me vê de um outro jeito, que pode falar de um outro jeito".

A fala do seu João apontou para outras possibilidades compreensivas sobre o comportamento da criança (cliente de **Seda**). A psicóloga, ao compartilhar com os pais o acontecimento – Quando a gente volta das visitas, a gente faz uma devolutiva para os pais e para as crianças, individuais, em sessões separadas, do

que a gente percebeu da escola, das pessoas. Então, a gente conta um pouco, um pouco não, a gente conta para eles o que foi observado. –, possibilita uma interpretação conjunta, entre pais, psicólogos e crianças, do fenômeno investigado. Assim, observamos a ampliação da compreensão do fenômeno que se desvela em seu movimento fenomênico, permitindo um campo de visão comum a todos os participantes e aponta para a dimensão colaborativa desta prática clínica.

As visitas escolares e domiciliares apresentam-se como possibilidades de trazer à luz alguns aspectos omitidos ou obscuros do modo de ser do cliente, revelando facetas do fenômeno que possam passar despercebidas ou permanecerem no ocultamento nas falas das crianças e seus pais/responsáveis. Nesta perspectiva, a compreensão da visita “ultrapassa a mera noção de técnica ou estratégia, podendo se constituir em um momento de grandes possibilidades investigativas” (Corrêa, 2004, p. 38) que ampliam a compreensão diagnóstica.

Os colaboradores/psicólogos, ao discutirem as possibilidades de realização do desfecho do Psicodiagnóstico Interventivo com as crianças, apontam para a construção e a contação de histórias como instrumento. Estas histórias se constituem em narrativas que contemplam a experiência da criança em uma linguagem próxima ao seu mundo. A este respeito, **Algodão** e **Seda** pontuam:

A ideia é trazer um livro que fale da criança, mas que não precise necessariamente trazer os fatos da criança: “*Fulaninho não foi pra escola... Fulaninho tem uma doença... Fulaninho tem uma dificuldade*”, mas transformar isso numa metáfora em que a criança possa se reconhecer nela e até para ficar mais acessível, para a criança, o que compreendemos... A gente, também, traz a nossa compreensão psicológica para o mundo da criança, para facilitar o acesso dela... não adianta dar nomes tão bonitos que a criança vai olhar pra mim e dizer: “*desculpa eu não sei do que você está falando*”... **Vão sendo construídos durante o Psicodiagnóstico, e construindo não sou eu com a criança, mas eu a criança, os pais, o que a gente vai observou na casa, tudo isso... (...) A criança vai se expressar através do brincar, é desse jeito que ela se comunica e a gente vai lá para entender como é que ela brinca, como é que é esse brincar. Quase que a gente funciona como um**

tradutor, a gente vai traduzindo essa brincadeira na vida dela. (...) a brincadeira o que é que é?, são metáforas da história de vida delas. Então, para a criança a gente faz um livrinho de história. (...) Isso é importante porque a criança pode rever aquela história e decidir como é que ela reage também...

A construção dos livros de histórias possibilita que a criança possa se reconhecer nesta experiência e realize seu próprio desfecho.

No que se refere ao fechamento com os pais, os colaboradores/psicólogos apontam a possibilidade de construir e ler, no último encontro, um relatório do processo com as compreensões elaboradas e os possíveis encaminhamentos. Acerca deste “instrumento”, Seda e Algodão afirmam:

É muito interessante também você ver como é que essa mãe reage ouvindo a história dela de uma vez só, quando ela chegou, o que é que foi acontecendo... (...) Até porque, eu acho que é muito importante que eles entendam o que é que aconteceu, o que é que foi compreendido, qual é... qual é a questão da criança, se é que tem questão, porque diagnóstico também serve para dizer: *"Olha, está tudo bem, agora, nesse momento, não precisa, não tem..."*. Ou: *"Olha, eu indicaria para ele um esporte... Ou psicoterapia"*, se for o caso, mas eu acho que é importante que se entenda isso... que fique claro isso: *"Meu filho veio porque era agressivo e foi entendido que essa agressividade tem relação com isso, com isso e com isso"*, por exemplo. (...) Tudo que está no relatório já foi, de algum jeito, trabalhado ou discutido. (...) Só vem ali a história, a história confirmada no papel e ela vai ouvir de um outro jeito, porque ela vai ouvir tudo junto, mas isso já vem sendo dito, até para a criança, até para as mães. Então, no final do processo é elaborado um relatório e ele é lido na íntegra para os pais e eles têm a possibilidade de ainda consertar alguma coisa que foi mal entendido, ou o que foi mal interpretado, ou

o que não é bem assim, e a versão final do relatório só pode ser emitida depois dessa sessão em que foi lido pra eles. Porque ai mostra, de fato, que o relatório está sendo escrito junto com eles, não é algo que eu vou impor: “chegamos a esse resultado e pronto, não tem mais o que fazer”

Tal “pre-ocupação” com o relatório final aponta para uma co-construção envolvendo pais/responsáveis e psicólogo. Possibilita a apropriação do que foi narrado e elaborado, como fusão de horizontes, evidenciando a dimensão colaborativa que acompanha a intervenção nesse modo de fazer o Psicodiagnóstico.

Ainda no que se refere às possibilidades de desfecho – enquanto fechamento de uma possibilidade, que nos abre, ao mesmo tempo, para inúmeras outras – Linho observa que:

Com muita frequência, quando chega ao final do processo, os pais dizem que a questão trazida foi resolvida. São raros os casos em que isso... em que a questão não está completamente resolvida e você precisa re-encaminhar, vamos dizer assim, para uma psicoterapia ou para algo assim... na maioria das vezes, as questões se resolvem no final do semestre... Na verdade, o que eu percebo muito é que há uma mudança no olhar dos pais para com seus filhos, e essa mudança promove uma mudança na criança. Eu entendo que, quando um pai ressignifica a maneira como ele olha para aquele filho, que ele compreende aquele filho, eu penso que imediatamente há uma mudança também na maneira como a criança se comporta e na relação dela com os pais. (...) E eu acho que isso o Psicodiagnóstico Interventivo atende muito bem, porque ele promove, de fato, essa mudança no olhar.

Nessa direção, podemos compreender que o Psicodiagnóstico Interventivo, como prática psicológica, não se volta apenas para uma investigação avaliativa, mas tem efeitos terapêuticos para quem dele participa, constituindo-se em um processo de desvelamento de sentido.

Geralmente, as famílias, ao final dos encontros, conseguem se apropriar de seu sofrimento, de seus modos de ser e de relacionar-se com o mundo, permitindo que mudanças significativas aconteçam já no desenrolar do processo. Assim, ao tematizarem suas experiências, possibilitam a apropriação de outros modos de ser-no-mundo. Esta compreensão foi compartilhada pelos colaboradores/pesquisadores, sendo testemunhada por **Veludo**, ao relatar:

Às vezes, acontece que não chegamos nem a intervir junto à criança... as mães comentam: “*Doutora ela mudou*”. Entendo esta mudança porque a mãe se posicionou diferente com a criança e com seu mundo...

A experiência relatada confirma a importância de um trabalho conjunto com a família, uma vez que a criança está-no-mundo-em-uma-teia-de-relações, constitutiva do seu poder-ser. Além disto, as mudanças no modo de ser da criança refletem mudanças que ocorreram na vida do adulto/responsável, desalojando-o de sua cotidianidade. Deste modo, abre a possibilidade de que transformações significativas se apresentem naquela família. Para tanto, importa que os pais/responsáveis se apropriem do que está acontecendo com eles e seu filho.

Nessa perspectiva, o encaminhamento para um processo posterior, seja psicoterápico ou não, corresponde apenas a uma possibilidade de desfecho, devendo ser compartilhado com a família, como aponta **Linho**:

Eu não acho que o encaminhamento deva fazer sentido pra mim, porque eu posso achar muitas coisas, mas eu preciso chegar junto com esses pais a essa necessidade, a essa demanda; e quando isso acontece... eu não tenho nunca nenhum problema. Na maioria das vezes, isso vem inclusive deles, não desse modo: “ah, eu quero que meu filho faça uma psicoterapia”, mas eles denunciam: “olhe, eu acho que ele melhorou, mas ainda falta alguma coisa, eu quero dar continuidade”... Aí eu prossigo... Mas eu procuro ir no compasso junto com os pais, de tal forma que isso seja também a opinião deles e não só a minha...

Nessa direção, assim como todo o processo do Psicodiagnóstico Interventivo, o encaminhamento pode configurar-se em uma situação significativa tanto para o psicólogo como para o cliente, tornando-se uma “decisão” conjunta apropriada, e não uma prescrição médica. Todavia, para que isto aconteça, é imprescindível que os interlocutores (psicólogos, pais/responsáveis e crianças) se envolvam com e no jogo compreensivo, disponibilizando-se para acolher aquilo que se revela.

Tal perspectiva implica abrir mão da ilusória onipotência dada pela concepção moderna da Psicologia como Ciência (nos moldes do pensamento metafísico), com sua ênfase na previsão e controle do processo. Esta atitude possibilita o acontecimento de inúmeras formas de desfechos, incluindo a necessidade de um trabalho conjunto com outros profissionais ou o encaminhamento para o acolhimento de outras dimensões próprias à existência concreta do ser-homem, como: atividades esportivas, assistência pedagógica, entre muitas outras. Como também é possível que o processo do Psicodiagnóstico Interventivo seja por si mesmo suficiente e responda às expectativas que levaram o cliente a procurar ajuda. Mas mesmo que haja a necessidade de um encaminhamento para um acompanhamento psicoterápico, [Algodão](#) observa que:

Quando ficou claro para aquela mãe o encaminhamento, quando ficou claro o que aconteceu, e para que ela precisa dar continuidade a esse processo, a maneira como ela chega ao encaminhamento é muito mais apropriada do que está acontecendo. Não é o psicólogo mandou: “Eu voltei aqui, porque a psicóloga falou que era pra eu voltar”. Ela minimamente entendeu, ela teve uma compreensão do que foi dito, do quanto que ela faz parte disso, do quanto ela está inserida nessa história ela ou a criança, ou quem for encaminhado ou para atendimento infantil, ou pra família, ou se a mãe for encaminhada para psicoterapia breve, ela, a mãe... Ela vem apropriada deste lugar, não é simplesmente: “eu estou aqui porque o psicólogo mandou eu estar aqui”, ou, “me diz você o que eu estou fazendo”...

A apropriação do encaminhamento pelos familiares supõe uma compreensão implicada em um jogo constante de perguntas e respostas com o

psicólogo. Nesse sentido, a compreensão não é “somente a captação imediata do que contém a expressão”, (Gadamer, 1999, p.394), mas corresponde

ao descobrimento do que há para além da interioridade oculta, de maneira que se chega a conhecer esse oculto. Mas isso significa que a gente tem de se haver com isso. Nesse sentido vale para todos os casos que aquele que compreende se compreende, projeta-se a si mesmo rumo à possibilidade de si mesmo (p. 394).

Tal possibilidade compreensiva revela-se no Psicodiagnóstico Interventivo, na dimensão já apontada como colaborativa.

3.2.1 A dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo

Buscando contribuir para ampliar a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo, importa apresentar, rapidamente, o conceito de “fusão de horizontes” de Gadamer, que fundamentou a compreensão dessa dimensão.

Inicialmente, cabe apresentar Gadamer, este “velho homem sábio” que tanto influenciou o pensamento filosófico pós-moderno do século XX.

Hans-Georg Gadamer (1900 – 2002), discípulo de Heidegger, dedicou grande parte de sua vida ao estudo da tradição hermenêutica, possibilitando o surgimento da Hermenêutica Filosófica. Esta compreende “que todos os aspectos do entendimento humano pressupõem uma dimensão hermenêutica” e, nesta direção, a hermenêutica “é universal” (Lawn, 2007, p.65). Para o filósofo, a relação hermenêutica do conhecimento pode ser vislumbrada na aproximação e negação diária do mundo.

Importa ressaltar que a Hermenêutica originou-se como uma técnica voltada exclusivamente para a interpretação de textos bíblicos e jurídicos. Posteriormente, com Schleiermacher, foi expandida a todo e qualquer contexto interpretativo, consolidando-se como uma técnica do compreender, pela qual se alcançaria a verdade contida em um discurso, principalmente, o escrito (Gadamer, 1999).

Nessa direção, Dilthey diferencia as ciências da natureza das ciências humanas (do espírito), sendo a primeira capaz de explicar os fenômenos a partir de leis quantificáveis; e a segunda voltada para descrevê-los na medida em que são compreensíveis. Todavia, para Gadamer o grande equívoco desse pensador

consiste no fato deste se aproximar da essência da compreensão, ainda influenciado pelo modo de pensar das ciências da natureza.

Com Gadamer, a hermenêutica deixa de ser um método na busca da compreensão de uma verdade, e apresenta-se como própria ao processo de compreender o humano. Concebe que a compreensão não pode estar vinculada a uma verdade prévia e constituída anteriormente (Casanova, 2010). Assim, não é possível falar em verdade, pelo menos como um conhecimento absoluto e imutável. A verdade passa a ser compreendida como *alethéia* e remete-se à interpretação do ser.

Para Gadamer, assim como para seu mestre Heidegger, a compreensão é uma condição ontológica do existir humano;

Compreender não é um ideal resignado da experiência da vida humana na idade avançada do espírito, como em Dilthey, mas tampouco, como em Husserl, um ideal metódico último da filosofia frente à ingenuidade do ir-vivendo, mas ao contrário, *é a forma originária de realização da presença*, que é ser-no-mundo. Antes de toda diferenciação da compreensão nas diversas direções do interesse pragmático ou teórico, a compreensão é o modo de ser da presença, na medida em que é poder-ser e “possibilidade” (1999, p.392).

Toda compreensão é sempre, antes, um compreender-se, para o qual o sentido do intérprete e do interpretado não são simplesmente dados previamente, mas, apenas historicamente. Nesta direção, resgata o sentido de tradição, não como pressupostos que necessitam ser superados, porém enquanto “pré-conceito” que possibilita o próprio compreender. “Pré-conceito” ou “pré-julgamento”, não se refere ao modo de pensamento herdado da modernidade, que precisa ser lapidado antes de possibilitar uma visão correta do mundo (Lawn, 2007), é pré-constitutivo de todo e qualquer processo do compreender. Remete-se, assim, ao círculo hermenêutico da compreensão, vislumbrado por Heidegger.

Para Gadamer, a tradição – derivação do latim, da palavra *tradire*, que significa “passar adiante” – remete-se à atividade de transmissão de um conhecimento de geração a geração. Todavia, tal passagem, antes de ser uma transmissão ingênua, constitui-se em um movimento constante de re-elaboração, re-interpretação. Nesta direção, Gadamer (1999, p.439) destaca que:

A antecipação de sentido, que guia a nossa compreensão de um texto, não é um ato da subjetividade, já que se determina a partir da comunhão que nos une com a tradição. Porém, essa comunhão está submetida a um processo de continua

formação. Não se trata simplesmente de pressuposição, sob a qual nos encontramos sempre, porém nós mesmos vamos instaurando-a, na medida em que participamos do acontecer da tradição e continuamos determinando-a, assim, a partir de nós próprios.

Assim, compreender não se refere a um ato de reprodução da opinião do outro, mas é produzir, compreender o outro a partir do próprio horizonte do intérprete. Toda compreensão inicia-se como uma interpelação, uma interrogação, possibilitando pôr em xeque os horizontes do intérprete, abrindo a possibilidade para o surgimento de uma outra/nova compreensão.

Nessa perspectiva, toda compreensão se dá em uma fusão de horizontes, sendo horizonte o “âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto” (p. 452). A compreensão, para Gadamer (1999; 2004), acontece em um jogo constante de horizontes, em que os interlocutores se encontram em constante interrogação, sem que um horizonte se sobreponha ao outro, mas permitindo que algo novo se desvele. Desta forma, a fusão de horizontes não corresponde ao estabelecimento de um acordo ou contrato que se possa determinar previamente, mas a uma possibilidade compreensiva que emerge em uma conversação entre dois ou mais horizontes, isto é, interlocutores.

Para que o diálogo aconteça e, conseqüentemente, a fusão de horizontes, Gadamer (1999) compreende ser importante que “os interlocutores estejam dispostos a isso e que procurem fazer valer em si mesmos o estranho e o adverso” (p.563). Quando ambos se colocam na relação desta forma – uma vez que a condição ontológica do poder-ser é disposição afetiva e pré-compreensão – os interlocutores conseguem considerar e manter os argumentos e contra-argumentos, possibilitando – através de uma transferência recíproca, imperceptível e não arbitrária – chegar a um horizonte comum.

É nessa perspectiva que se compreende a dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo. A situação de grupo, através do diálogo, da conversação entre seus componentes possibilita desvelar uma visão de mundo construída na “fusão de horizontes” do psicólogo-cliente, do cliente-cliente. No entanto, para que isto aconteça é necessário que psicólogo e clientes estejam dispostos a se colocarem neste jogo compreensivo, de modo que possam acolher a alteridade, o estranho e o adverso, o que implica um movimento constante de questionamento.

No processo de Psicodiagnóstico é possível acontecer intervenções, sem que a fusão de horizontes aconteça, já que tal possibilidade implica assumir uma disposição afetiva de abertura. Toda intervenção, seja do psicólogo ou do cliente, no jogo compreensivo do Psicodiagnóstico Interventivo, enquanto conversação, apresenta-se como uma compreensão do interlocutor acerca de algo que necessita ser dito ao seu parceiro, não como verdade, mas como mobilizadora de questionamentos sobre o fenômeno que buscam compreender.

Dessa forma, o horizonte próprio do interprete (seja psicólogo ou cliente) é determinante para o processo de compreender, não como ponto de vista que se impõe e se mantém, mas, antes, como uma possibilidade que se aciona e se coloca em jogo (Gadamer, 1999), contribuindo para que psicólogo e clientes se aproximem de uma compreensão comum do sofrimento humano que se revela.

Importa ressaltar que a fusão de horizontes apresenta-se como uma possibilidade de olhar/compreender o fenômeno que se interroga. Assim, no Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo o diagnóstico não pode ser considerado como verdade precisa e fechada, aponta para possibilidades compreensivas abertas e em movimento constante.

4 PSICODIAGNÓSTICO INTERVENTIVO / COLABORATIVO: tecendo algumas considerações

Podemos dizer “sim” à utilização inevitável dos objectos técnicos e podemos ao mesmo tempo dizer “não”, impedindo que nos absorvam e, desse modo, verguem, confundam e, por fim, esgotem a nossa natureza (*Wesen*). (Heidegger, 2000, p.23).

Antes das considerações, cabe retomar, brevemente, o caminho percorrido com a intenção de contextualizar as discussões necessárias para possibilitar a compreensão da dimensão colaborativa do Psicodiagnóstico Interventivo.

O Psicodiagnóstico Interventivo é uma modalidade de prática psicológica que rompe com a concepção da Psicologia Aplicada e vincula-se à compreensão de clínica psicológica ampliada, como uma atenção psicológica. Assim, deixa de ser uma prática apenas investigativa, destinada à realização de um parecer diagnóstico. Expande a intervenção clínica a uma diversidade de contextos, englobando não apenas a realidade dos consultórios particulares, mas também a das instituições que visam ofertar uma “assistência” psicológica à população em geral.

Nessa perspectiva, a prática psicológica privilegia o tensionamento entre teoria e prática, levando o psicólogo a uma atitude de constante questionamento e revisitação à sua teoria e ao seu fazer clínico. Atribui à experiência do cliente um lugar de destaque na ação clínica, que se apresenta como “espaço aberto, condição de possibilidade para a emergência dos fenômenos clínicos na sua singularidade e força de apresentação, as quais, por sua vez, exigem modos correspondentes de acolhimento, interpretação e ação” (Barreto, 2006, p. 167).

Tal compreensão de clínica psicológica não se apresenta como uma aplicação da Ontologia Fundamental ao campo da Psicologia, mas comporta uma ação que transita entre o ôntico e o ontológico. A ação do psicólogo acontece no plano ôntico – acolhendo e intervindo nas manifestações concretas do poder-ser do cliente –, mas aporta-se na compreensão ontológica do ser do homem como ser-no-mundo, poder-ser, existência, *Dasein*. Deste modo, rompe com a concepção

tradicionalista da Psicologia, propiciada pelo modo de pensar metafísico que concebe o ser como simples-presença, encapsulando-o em conceitos fechados como sujeito, consciência, *self*, entre outros.

A partir de tal compreensão, Barreto (2006, p.179) concebe a ação clínica como espaço de abertura, que pode permitir “ao cliente tornar-se narrador de si mesmo pela escuta atenta do psicólogo, que cuida do exercer de um dizer apropriado e encarnado”, e possibilitar o rompimento com o modo de ser cotidiano. Neste sentido, a ação clínica implica um disponibilizar-se para “ser afetado pelo outro em sua diferenciação e alteridade e assumir ‘pensar a vida’ como tarefa humana por meio da compreensão da rede constitutiva de nosso ser-no-mundo” (p.177).

Partindo dessa compreensão de ação clínica, o Psicodiagnóstico – como prática psicológica ancorada na perspectiva fenomenológica existencial – apresenta-se como um espaço privilegiado de conversação e interrogação constantes entre psicólogos e clientes. Para tanto, é imprescindível que ambas as partes (psicólogo e clientes – pais/responsáveis e crianças) estejam disponíveis para acolher o outro em sua alteridade e singularidade, possibilitando transformar o encontro numa experiência significativa para todos que dele participem.

Experiência, na compreensão heideggeriana, consiste em ser “afetado” e “transformado” num encontro com o outro na sua alteridade – um acontecimento dramático que supõe o estar lançado num mundo como horizonte de encontros e de significância. Esse horizonte, ao mesmo tempo, abre-se a transformações e decisões que resistem e se opõem a qualquer captura pelo outro. Passar pela fala e escuta remete-nos à “*relação*” estabelecida entre quem fala e quem escuta, circunscrevendo as diversas possibilidades de relação com o outro que busca ser acolhido, compreendido e acompanhado no seu sofrimento. (Barreto, 2006, p.180- *grifo da autora*)

Seguindo essa compreensão, o Psicodiagnóstico, enquanto prática psicológica interventiva, vai além de uma situação meramente cooperativa, constituindo-se em uma relação hermenêutica, na medida em que possibilita o surgimento de um novo horizonte, que não se origina na supervalorização de um dos campos de circunvisão, seja do psicólogo ou do cliente, ou na imposição de um sob o outro, mas no encontro dialógico traçado entre os interlocutores. Nesta direção, a pré-compreensão, a compreensão experiencial, de cada participante (psicólogo e clientes) acerca do fenômeno interrogado é privilegiada, no sentido que

possibilita um horizonte em que os intérpretes podem olhar e se aproximar daquilo que se revela.

Para Gadamer (1999; 2004) a pré-compreensão possibilita o próprio compreender, constituindo-se assim, em um compreender-se que não é uma reprodução, mas sim uma produção de sentido. O conhecimento não é uma transmissão passiva e irrefletida, corresponde ao aparecer de uma nova possibilidade interpretativa que se dá a partir do horizonte de quem busca compreender. Nessa direção, “compreender só é possível quando aquele que compreende coloca em jogo seus próprios preconceitos” (Gadamer, 2004, p.132), não porque estes são errôneos e precisam ser confirmados via aplicação de um método, mas porque colocá-los em xeque possibilita uma apropriação daquilo que se busca compreender e, ao mesmo tempo, de si mesmo.

Para Gadamer (2004, p.132), a “contribuição produtiva do intérprete é parte inalienável do próprio sentido do compreender”, todavia isto não quer dizer que toda compreensão constitui-se em pressupostos subjetivos arbitrários e privados, uma vez que, o que se busca conhecer é o único critério dotado de validade. Ampliando esta compreensão, o filósofo acrescenta:

A distância insuperável e necessária entre os tempos – as culturas, as classes, as raças – é um momento supra-subjetivo, que confere tensão e vida a todo compreender. Pode-se descrever este fenômeno também do seguinte modo: o intérprete e o texto possuem cada qual seu próprio “horizonte” e todo compreender representa uma fusão de horizontes. (p.132)

Desse modo, toda e qualquer interpretação oferecida no processo do Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo pelo psicólogo não se constitui como verdade, pelo menos no sentido metafísico, mas é algo que necessita ser compartilhado, com o intuito de ampliar o campo de circunvisão do cliente. Isto não implica dizer que o cliente deve assumir o que é dito de forma irrefletida ou olhar para seu sofrimento a partir do horizonte compreensivo do psicólogo, mas que a “relação” possibilite desvelar uma compreensão circunscrita em um horizonte comum a ambos (psicólogo e cliente). Para que isto seja possível, nenhuma das partes pode ser compreendida como mais ou menos importante para o processo, importa que estejam disponíveis para acolher a alteridade que se revela neste encontro hermenêutico.

No Psicodiagnóstico Interventivo/Colaborativo, a “relação” estabelecida entre os participantes (psicólogos, pais/responsáveis e crianças), no processo

grupal, constitui-se em um jogo compreensivo, na medida em que estes assumem um modo de ser de abertura, acolhendo aquilo que vem ao encontro. Todavia, é importante relembrar que

pôr-se de acordo na conversação implica que os interlocutores estejam dispostos a isso e que procurem fazer valer em si mesmos o estranho e o adverso. Quando isto ocorre reciprocamente e cada interlocutor sopesa os contra-argumentos, ao mesmo tempo que mantém suas próprias razões, pode-se chegar, através de uma transferência recíproca, imperceptível e não arbitrária dos pontos de vista (o que chamamos de intercâmbio de pareceres) a uma linguagem e uma sentença comum (Gadamer, 1999, p. 563).

Tal modo de estar permite compreender e nomear o Psicodiagnóstico como Interventivo / Colaborativo. A dimensão colaborativa apresenta-se como possibilidade de uma relação hermenêutica entre o psicólogo e cliente – ou, até mesmo, entre os clientes, em um processo grupal – que possibilitará, através de uma fusão de horizontes, conhecer o fenômeno que se revela. Neste sentido, a compreensão – interpretação que resulta desse encontro, não se constitui em diagnóstico preciso advindo da capacidade metódica e teórica do psicólogo, mas, é, antes, um campo comum de interlocução entre todas as partes envolvidas nesse processo, que se revela a partir do compartilhamento de experiências e compreensões.

Compreender, interpretar, para Heidegger, não é apenas um ato de tomar conhecimento de algo, mas remete a um apropriar-se, a uma atestação em primeira pessoa. Sendo assim, toda e qualquer compreensão que se desvele neste processo, deve ser legitimada pelo cliente que, ao colocá-la em xeque, apropria-se do sofrimento e pode vislumbrar outros modos de ser-no-mundo.

Tais considerações permitem que a pesquisadora considere ser possível nomear esta modalidade de prática como Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo, ressaltando o modo de ser do homem, com ênfase para a compreensão hermenêutica e a fusão de horizontes.

Assim compreendido, o Psicodiagnóstico Interventivo / Colaborativo apresenta-se como uma modalidade de prática psicológica com “con-tornos” flexíveis, um encontro hermenêutico que acolhe a multiplicidade própria do ser-aí.

Desse modo, toda interpretação que resulta deste processo é considerada como uma possibilidade compreensiva e, nesta direção, não busca superar a distância necessária entre os horizontes do psicólogo e do cliente, mas possibilitar a fusão entre os horizontes, que, como uma ponte, permite o tráfego

entre as duas margens do rio. Tal atitude aproxima-se mais do fazer do poeta como bem apresenta Gadamer (2010):

Quando um verdadeiro poeta transpõe os versos de um outro poeta para sua língua, esta transposição pode se tornar um verdadeiro poema. Neste caso, contudo, o poema passa quase a se mostrar mais como o seu próprio poema do que como o poema do autor original (p.130).

(...)

Dessa forma, deveríamos admirar todos os tradutores de poesia que não nos ocultam totalmente a distância em relação ao original e, no entanto, constroem uma ponte sobre esta distância. Eles são quase como intérpretes. Mas eles são mais. Intérpretes produzem interrupções. A maior ambição daquele que interpreta não pode ser outra senão que nossa interpretação também permaneça uma fala intermediária, que ela se insira na releitura dos textos originais como óbvia e aí desapareça. Em contrapartida, o rastro copoetizante do tradutor permanece para toda a nossa leitura e compreensão um arco firmemente fundado, uma ponte que é trafegável dos dois lados. A tradução é, por assim dizer, uma ponte entre duas línguas como entre duas margens em uma mesma terra. Sobre tais pontes passa um tráfego constantemente fluente. Esta é a marca distinta do tradutor. Não se precisa esperar por nenhum barqueiro que traduza alguém. Alguns certamente precisarão de ajuda para se orientar do outro lado – e permanecerão viandantes solitários. Talvez ele encontre, vez por outra, alguém que o ajude junto à leitura e à compreensão. Toda leitura de um poema é a cada vez uma tradução (p.131).

REFERÊNCIAS

- Ancona-Lopez, M. (org.). (1995). *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, M. (1995). Introduzindo o psicodiagnóstico grupal interventivo: uma história de negociações. In M. Ancona-Lopez (org.) *Psicodiagnóstico: processo de intervenção* (p.p.65 - 114). São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, M. (1999, janeiro / junho). Teoria e prática clínica. *Rev. Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia*, IV.(7), 9 – 18.
- Ancona-Lopez, S. (1995). Psicodiagnóstico: processo de intervenção. In M. Ancona-Lopez (org.) *Psicodiagnóstico: processo de intervenção* (p.p. 26 - 36). São Paulo: Cortez.
- Ancona-Lopez, S. (1996). *A Porta de Entrada: da entrevista de triagem à consulta psicológica*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Barreto, C. L. B. T. (2006). *Ação Clínica e os pressupostos fenomenológicos existenciais*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Barreto, C. L. B. T., & Moratto, H. T. P. (2009). A ação clínica e a perspectiva fenomenológica existencial. In H. T. P. Moratto, C. L. B. T. Barreto, & A. P. Nunes (coords.) *Aconselhamento Psicológico numa perspectiva Fenomenológica Existencial*. (p.p. 41 - 51). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (coleção fundamentos da Psicologia).
- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Laskov. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura - Obras Escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense.
- Boss, M. (1977). *Angústia, Culpa e Libertação: ensaios de psicanálise existencial*. (2a ed, B. Spanoudis, trad.). São Paulo: Livraria duas Cidades LTDA.
- Boss, M. (1987/2009) Prefácio à primeira edição alemã. In M. HEIDEGGER. *Seminário de Zollikon*. (p.p. 11 – 18, 2a ed., G. Arnhold, & M. de F. de A. Prado, trad.). Petrópolis: Vozes. (coleção pensamento humano)
- Boss, M. (1976/1997) Encontro com Boss. *Rev. Daseinsanalyse* (da Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*), 1, 2 e 4. 5 – 21.
- Boss, M., & Condrau, G. (1976/1997). Análise Existencial – *Daseinsanalyse*: como a *Daseinsanalyse* entrou na Psiquiatria, *Rev. Daseinsanalyse* (da Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*), 1, 2 e 4. 23 – 35.

- Casanova, M. A. (2010). Apresentação à edição brasileira. In H. G. Gadamer. *Hermenêutica da obra de arte* (M. A. Casanova, trad.) São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Corrêa, L. C. C. (2004). *Visita domiciliar: recurso para a compreensão do cliente no Psicodiagnóstico Interventivo*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Critelli, D. M. (2007). *Analítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. (2a ed.) São Paulo: Brasiliense.
- Cunha, J. A. (2002). Fundamentos do Psicodiagnóstico. In J. A. Cunha (org.). *Psicodiagnóstico – V*. (p.p. 23 – 31, 5a ed. revisada e ampliada, 3a reimpressão). Porto Alegre: Artmed.
- Cupertino, C. M. B. (1990). *Teoria e prática do psicodiagnóstico fenomenológico: uma análise dos desencontros*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Cupertino, C. M. B. (1995). O psicodiagnóstico fenomenológico e os desencontros possíveis. In M. Ancona-Lopez (org.) *Psicodiagnóstico: processo de intervenção* (p.p. 135 - 178). São Paulo: Cortez.
- Cupertino, C. M. B. (2001). *Criação e formação: fenomenologia de uma oficina*. São Paulo: Arte & Ciência.
- Cupertino, C. M. B. (org.). (2008). *Espaço de Criação em Psicologia: oficinas na prática*. São Paulo: Annablume.
- Cutrynowicz, M. B. (1997). A relação analista – analisando: uma abordagem *Daseinsanalítica*. *Rev. Daseinsanalyse* (da Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*), 8, 30 – 41.
- Depraz, N. (2007). *Compreender Husserl*. (H. Magri Filho, trad.). Petrópolis: Vozes. (coleção compreender)
- Donatelli, M. F. (2005). *A compreensão da religiosidade do cliente no Psicodiagnóstico Interventivo Fenomenológico Existencial*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Dubois, C. (2004). *Heidegger: introdução a uma leitura*. (B. B. C. de Oliveira, trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Gadamer, H. G. (1986/ 1999). *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (3a ed., F. P. Meurer, trad.) Petrópolis: Vozes. (coleção pensamento humano)
- Gadamer, H. G. (2002/2004). *Verdade e Método II: complementos e índice*. (2a ed., E. P. Giachini, trad.) Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.

- Gadamer, H. G. (2010). *Hermenêutica da obra de arte* (M. A. Casanova, trad.) São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Goto, T. A. (2008). *Introdução à Psicologia Fenomenológica: a nova Psicologia de Husserl*. São Paulo: Paulus. (coleção temas de Psicologia)
- Heidegger, M. (1986/2008). *Ser e Tempo*. (3a ed, M. S. C. Schuback, trad.). Petrópolis: Vozes. (coleção pensamento humano)
- Heidegger, M. (1987/2009). *Seminário de Zollikon*. (2a ed., G. Arnhold, & M. de F. de A. Prado, trad.) Petrópolis: Vozes. (coleção pensamento humano)
- Heidegger, M. (1959/2000). *Serenidade* (2a ed., M. M. Andrade & O. Santos, trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (coleção pensamento e filosofia)
- Husserl, E. (1996/2008). *A Crise da Humanidade Européia e a filosofia*. (3a ed., U. Zilles, trad.) Porto Alegre: EDIPUCRS. (coleção filosofia)
- Lawn, C. (2007). *Compreender Gadamer*. (H. Magri Filho, trad.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maichim, V. (2006). *Visita Escolar um recurso do Psicodiagnóstico Interventivo na abordagem Fenomenológico-Existencial*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Merleau-Ponty, M. (1945/2006). *Fenomenologia da Percepção*. (5a ed. C.A.R. Moura, trad.) São Paulo: Martins Fonte. (tópicos)
- Michelazzo, J. C. (1999). *Do um como princípio ao dois como unidade: Heidegger e a reconstrução ontológica do real*. São Paulo: FAPESP: Annablume.
- Michelazzo, J. C. (2001). *Daseinsanalyse e “Doença” do Mundo*. *Rev. Daseinsanalyse* (da Associação Brasileira de *Daseinsanalyse*). 10, 47 – 71.
- Moorhouse, J. (diretor). (1995). *How to Make an American Quilt*. [meio de gravação]. Estados Unidos da América: Universal Home Vídeo.
- Morato, H.T.P. (org.) (1999). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morato, H. T. P., Barreto, C. L. B. T., & Nunes, A. P. (coords.) (2009). *Aconselhamento Psicológico numa perspectiva Fenomenológica Existencial*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (coleção fundamentos da Psicologia)
- Moreira, V. (2004) O método fenomenológico de Merleau-Ponty como ferramenta crítica na pesquisa em psicopatologia. [versão eletrônica]. *Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 17 (3). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000300016&lng=pt&nrm=iso>.

- Nascimento, C. L. do. (2010). *Cuidado e Educação: uma abordagem fenomenológica –hermenêutica a partir de Martin Heidegger*. Tese de doutorado, Instituto de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Ocampo, M. L. S. de, & Arzeno, M. E. G. (2003). O Processo Psicodiagnóstico: caracterização; objetivos; momentos do processo; enquadramento. In M. L. S. de Ocampo, M. E. G. Arzeno, & E. G. Piccolo (orgs.) *O processo Psicodiagnóstico e as Técnicas projetivas*. (p.p. 5 - 14, 10a ed., 2º tiragem) São Paulo: Martinz Fontes. (psicologia e pedagogia).
- Oliveira, R. G. O. & Morato, H. T. P. (2009). Uma Experiência de Plantão Psicológico à Polícia Militar do Estado de São Paulo: articulando compreensões. In H. T. P. Morato, C. L. B. T. Barreto & A. P. Nunes (coords.) *Aconselhamento Psicológico numa perspectiva Fenomenológica Existencial*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (coleção fundamentos da Psicologia)
- Penna, A. G. (1997). *Repensando a Psicologia*. Rio Janeiro: Imago.
- Penna, A. G. (2001). *Introdução à Psicologia Fenomenológica*. Rio de Janeiro: Imago. (coleção introdução à Psicologia).
- Pessoa, F. (2008) *Poesia Completa de Alberto Caeiro*. (6a reimpressão, F. C. Martins & R. Zenith, ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Queiroz, M.I.P. (1988). Relato Orais: do “indizível” ao “dizível”. In V. Sinson & O. Moraes. *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo: Vértice.
- Safranski, R. (2000 / 2005). *Heidegger, um filósofo da Alemanha entre o bem e o mal*. (2a ed., L. Luft, trad.) São Paulo: Geração Editorial.
- Santiago, M. D. E. (1995). Psicodiagnóstico: uma prática em crise ou uma prática na crise? In M. Ancona-Lopez (org.) *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. (p.p. 9 – 25) São Paulo: Cortez.
- Schimidt, M. L. S. (1990). *A experiência de psicólogas na comunicação de massa*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Schuback, M. S. C. (1986/2008). A perplexidade da presença. In M. Heidegger *Ser e Tempo*. (3a ed, M. S. C. Schuback, trad.) Petrópolis: Vozes. (coleção pensamento humano).
- Schwandt, T. A. (2008). Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (org.). *O planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. (p.p.193-217). Porto Alegre: Artmed.
- Thiollente, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

- Torres, J. V. (1999, janeiro / junho). Angústia e Desamparo numa perspectiva heideggeriana. *Rev. Perspectiva Filosófica*. VI (11), 145 – 157.
- Vattimo, G. (1996). *Introdução a Heidegger*. (10a ed., J. Goma, trad.) Lisboa: Instituto Piaget.
- Yehia, G. Y. (1994). *Psicodiagnóstico Fenomenológico-Existencial: espaço de participação e mudança*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Yehia, G. Y. (1995). Reformulação do papel do psicólogo no psicodiagnóstico fenomenológico-existencial e sua repercussão sobre os pais. In M. Ancona-Lopez (org) *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. (p.p. 115 – 134), São Paulo, Cortez.
- Yehia, G.Y. (2004). Interlocuções entre Plantão psicológico e Psicodiagnóstico Colaborativo. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC/Campinas*, 21 (1), 65-72.
- Yehia, G. Y. (2009) Entre Psicodiagnóstico e Aconselhamento Psicológico. In H. T. P. Morato, C. L. B. T. Barreto, & A. P. Nunes (coords). *Aconselhamento Psicológico numa perspectiva Fenomenológica Existencial: uma introdução*. (p.p. 65-74). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. (coleção fundamentos da Psicologia).
- Zilles, U. (1996/2008) A Fenomenologia Husserliana como método radical. In E. Husserl. *A crise da humanidade européia e a filosofia*. (3a ed., U. Zilles, trad.) Porto Alegre: EDIPUCRS. (coleção filosofia).